



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**

**Relatório SIGA 1370.0849.19**

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1370.0849.19**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

*4/6/2019*



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**

**Relatório SIGA 1370.0849.19**

**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais**  
**Auditoria-Geral**

***RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1370.0849.19***

Unidade Auditada: **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável - SEMAD**

Município/UF: **Belo Horizonte/MG**

Ordem de Serviço: **DAGRI/SCAGRP/AUGE 06/2019**



### **Missão da CGE**

Exercer e fomentar o Controle Interno das ações governamentais, trabalhando essencialmente para agregar valor ao serviço Público e aprimorar a gestão pública estadual, tendo entre seus principais compromissos a prevenção e o combate à corrupção, o fortalecimento da integridade, a consolidação da transparência e a participação ativa do cidadão.



## QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

## POR QUE A DIRETORIA/CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado em atendimento à determinação do Governador e Controlador-Geral, em função dos fatos noticiados na mídia de rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.

## QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões/resultados do trabalho: Desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida; identificou-se os 11 riscos extremos e 75 altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados; atestou-se a não existência de controles para 95% dos riscos extremos e 79% dos riscos altos; identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como extremos e altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.

## QUAIS AS AÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, será materializada com a formulação do Plano de Ação, cuja elaboração compete ao gestor do processo. Ressalta-se, que atenção especial deve ser dada aos riscos extremos e altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos dos processos de licenciamento e fiscalização.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

*AHP - Analytic Hierarchy Process*

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

BPMN – *Business Process Modeling Notation*

AUGE – Auditoria-Geral

CGE – Controladoria-Geral do Estado

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

DAGR – Diretoria Central de Auditoria de Gestão de Riscos

PACI - Planejamento de Atividades de Controle Interno

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SCAGRP – Superintendência Central de Auditoria de Gestão de Riscos e Programas

SIGA – Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria

SUPRI - Superintendências de Projetos Prioritários

SUPRAM - Regionais de Meio Ambiente

*SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. RESULTADO DOS EXAMES.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1. Mapeamento do Processo .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2. Identificação de Riscos e Controles .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3. Análise dos Riscos.....</b>	<b>10</b>
<b>2.4. Avaliação dos Controles .....</b>	<b>12</b>
<b>2.5. Principais Resultados .....</b>	<b>13</b>
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>4. ANEXO 1 – Metodologia .....</b>	<b>23</b>
<b>5. ANEXO 2 – Referências.....</b>	<b>30</b>
<b>6. ANEXO 3 – Legislação aplicável.....</b>	<b>31</b>
<b>7. APÊNDICE.....</b>	<b>34</b>
<b>A. Diagrama de Fluxo Fiscalização .....</b>	<b>34</b>
<b>Diagrama de Fluxo Licenciamento.....</b>	<b>35</b>
<b>B. Folha de Processo Fiscalização.....</b>	<b>36</b>
<b>Folha de Processo Licenciamento .....</b>	<b>52</b>
<b>C. Análise de Risco Fiscalização .....</b>	<b>69</b>
<b>Análise de Risco Licenciamento .....</b>	<b>90</b>
<b>D. Matriz de Riscos Residuais Fiscalização .....</b>	<b>106</b>
<b>Matriz de Riscos Residuais Licenciamento .....</b>	<b>107</b>
<b>E. Avaliação de Controles Fiscalização .....</b>	<b>108</b>
<b>Avaliação de Controles Licenciamento .....</b>	<b>112</b>
<b>F. Comparação dos Riscos e Controles Fiscalização .....</b>	<b>118</b>
<b>Comparação dos Riscos e Controles Licenciamento .....</b>	<b>122</b>
<b>G. Plano de Ação de Fiscalização (parte).....</b>	<b>127</b>
<b>Plano de Ação de Licenciamento (parte) .....</b>	<b>128</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de auditoria foi realizado em atendimento à determinação do Governador e Controlador-Geral, em função dos fatos noticiados na mídia de rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.

Trata-se da avaliação do gerenciamento de riscos dos processos de Fiscalização e de Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro, por meio do levantamento de informações com os gestores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.

O processo de fiscalização ambiental tem como objetivo exercer de forma efetiva o poder de polícia, através de ações de fiscalização e seus desdobramentos (processo administrativo), limitando os interesses/direitos individuais em prol do interesse público, a fim de aferir e coibir condutas e posturas potencialmente lesivas ao meio ambiente, para promover a tutela e a proteção dos recursos ambientais. Ainda, concluir o processamento efetivo do Auto de Infração ambiental em tempo razoável e em plena observância dos ditames constitucionais, legais, normativos e regulamentares vigentes, promovendo dissuasão quanto ao potencial cometimento de novas infrações.

O processo de licenciamento ambiental, por sua vez, tem como objetivo planejar, executar e coordenar a gestão ambiental de forma participativa e descentralizada, por meio da regularização ambiental e da aplicação de outros instrumentos de gestão ambiental. Ademais, orientar, analisar e decidir sobre processos de licenciamento ambiental e de autorização para intervenção ambiental, ressalvadas as competências do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam; e também determinar medidas emergenciais, bem como a redução ou a suspensão de atividades em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou para o meio ambiente e em casos de prejuízos econômicos para o Estado.

Para realização do trabalho foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Compreender a rotina das atividades e fontes de documentação do processo;
- ✓ Identificar o mapeamento do fluxo do processo;
- ✓ Identificar e avaliar os riscos relevantes às atividades realizadas no processo;
- ✓ Identificar e avaliar a estrutura de controles aplicada aos riscos;
- ✓ Identificar as fragilidades da estrutura de controle;
- ✓ Levantar boas práticas para melhoria do processo.

Como resultado do trabalho espera-se contribuir para o aprimoramento, fortalecimento e melhoria dos processos de Fiscalização e de Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro, como o aperfeiçoamento dos controles e minimização dos riscos do processo a níveis aceitáveis.



A metodologia adotada encontra-se no Anexo deste relatório.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, conseqüentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## **2. RESULTADO DOS EXAMES**

### **2.1. Mapeamento do Processo**

O processo de fiscalização ambiental acontece na Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, através das Superintendências de Estratégia e Fiscalização Ambiental; e Controle Processual e Apoio Normativo. Já o processo de licenciamento ambiental acontece na Subsecretaria de Regularização Ambiental, através das Superintendências de Projetos Prioritários - SUPRI; e Regionais de Meio Ambiente - SUPRAM.

Neste sentido, realizou-se reuniões periódicas para auxiliar os gestores destes processos na fluxogramação (desenho do processo), através da instrução sobre o método a ser aplicado no levantamento das informações, sendo que as atividades executadas eram narradas pelos gestores e os dados foram transcritos para a planilha “Diagrama de Fluxo” e a planilha “Folha de Processo” (detalhes do processo).

Depois, os documentos acima foram validados pelos gestores, confirmando que as informações prestadas por eles são verídicas, tanto quanto ao desenho, como ao detalhamento do processo (prática do processo).

A partir da realização do mapeamento foi possível observar os seguintes itens:

- ✓ Objetivo do processo, produtos e serviços gerados;
- ✓ Atividades chaves, objetivos das atividades e respectivos responsáveis;
- ✓ Início, fim e a sequência das atividades;
- ✓ Pontos de decisão e atividades de controle;
- ✓ Trâmite de documentos, prazo, volume e frequência de cada atividade;
- ✓ Agentes, setores e unidades que interferem ou sofrem interferência no processo;
- ✓ Problemas identificados durante a execução do processo;
- ✓ Variáveis que impactam e comprometem o objetivo do processo.



Os Diagramas de Fluxo constam no **APÊNDICE A** e as Folhas de Processo no **APÊNDICE B**.

## 2.2. Identificação de Riscos e Controles

Realizou-se reuniões de *Brainstorming* para aplicação do método de SWOT na análise de cenário da Secretaria quanto as fraquezas e ameaças, principalmente, ligando posteriormente as fragilidades identificadas as causas dos eventos de riscos relevantes levantados.

Na sequência, realizou-se reuniões periódicas para auxiliar os gestores dos processos na identificação dos riscos relevantes (núcleo) e controles praticados relacionados a cada atividade do processo, através da instrução sobre o método a ser aplicado no levantamento, sendo que as informações identificadas eram narradas pelos gestores e os dados foram transcritos para as “Folhas de Processo”.

Neste sentido, no processo de fiscalização foram identificados eventos de riscos para 90% das 41 atividades descritas, totalizando 76 diferentes eventos de riscos, sendo informado a existência de controles para 12 dos eventos de riscos identificados. No processo de licenciamento foram identificados eventos de riscos para 57% das 35 atividades descritas, totalizando 75 diferentes eventos de riscos, sendo informado a existência de controles para 20 dos eventos de riscos identificados.

Posteriormente, foram transcritas as informações para as planilhas “Análise de Risco”, e os mesmos gestores passaram a detalhar os eventos de riscos no trinômio (causa/evento/consequência). Assim, para cada causa ou consequência diferentes apresentadas para o evento, tem-se a formação do trinômio do risco.

Dessa forma, identificou-se 75 riscos no processo de licenciamento e 76 no processo de fiscalização, os quais chamaremos de Riscos Residuais.

Figura 1 - Quantidade de Risco Identificados



Fonte: Equipe de Auditoria



As planilhas de Análise de Risco constam no **APÊNDICE C**.

## 2.3. Análise dos Riscos

Para classificar os riscos residuais, determinou-se a probabilidade e o impacto para todos os riscos identificados, por meio de reuniões periódicas com os gestores do processo na identificação dos pesos de frequência da probabilidade e ofensividade do impacto em cada categoria, através da instrução sobre o método a ser aplicado no levantamento, sendo que as informações identificadas eram narradas pelos gestores e os dados foram transcritos para as planilhas “Análise de Risco, vide APÊNDICE C.

Ressalta-se que para mensurar o percentual das categorias de impacto, foram definidos em reuniões com os gestores responsáveis pelo processo, e por meio da ferramenta AHP – Processo de Hierarquia Analítica, os percentuais de cada categoria de impacto, considerando os objetivos de cada processo. O resultado obtido está ilustrado na tabela 05.

**Tabela 1 - Percentuais das Categorias de Impacto**

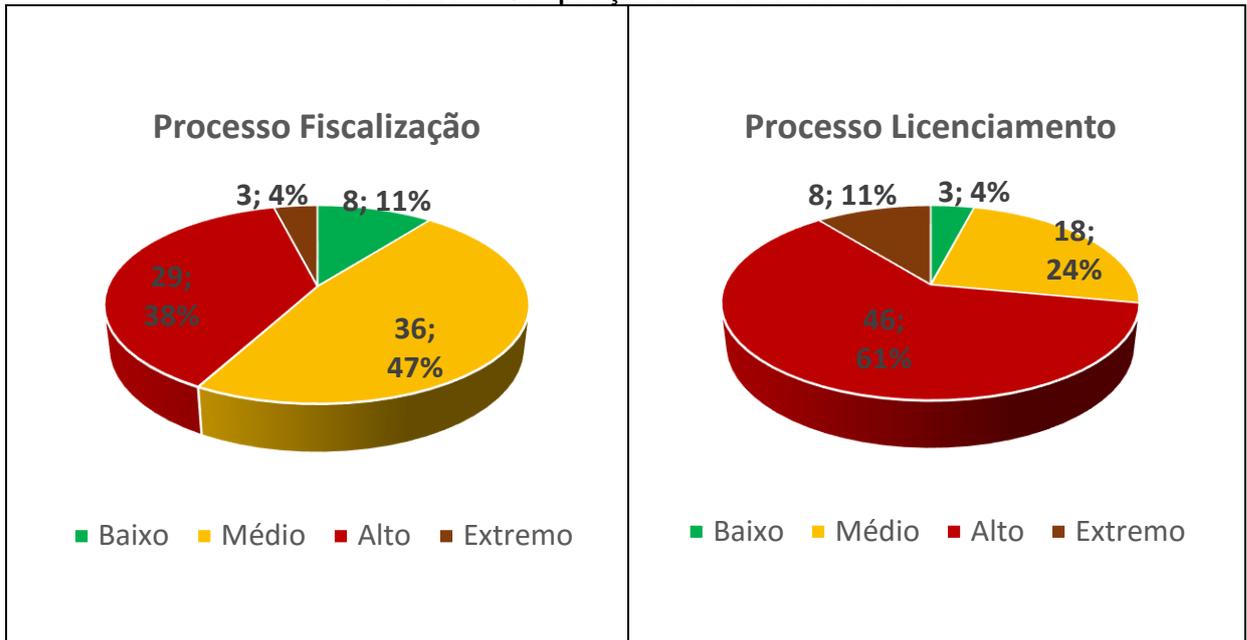
<b>Categoria de Impacto</b>	<b>Percentuais Fiscalização</b>	<b>Percentuais Licenciamento</b>
Estratégico	9%	8%
Operacional	39%	36%
Imagem	4%	13%
Legal	34%	38%
Patrimonial	3%	-
Orçamentário	12%	5%

**Fonte:** Equipe de Auditoria

Conforme ilustrado pelos gráficos e matrizes de riscos residuais a seguir, a partir dos valores mensurados para o impacto e a probabilidade, determinou-se o valor do risco residual para cada um dos riscos identificados, totalizando 03 (três) riscos extremos, 29 (vinte e nove) riscos altos, 36 (trinta e seis) riscos médios e 8 (oito) riscos baixos para o processo de fiscalização; e 8 (oito) riscos extremos, 46 (quarenta e seis) riscos altos, 18 (dezoito) riscos médios e 3 (três) riscos baixos para o processo de licenciamento.

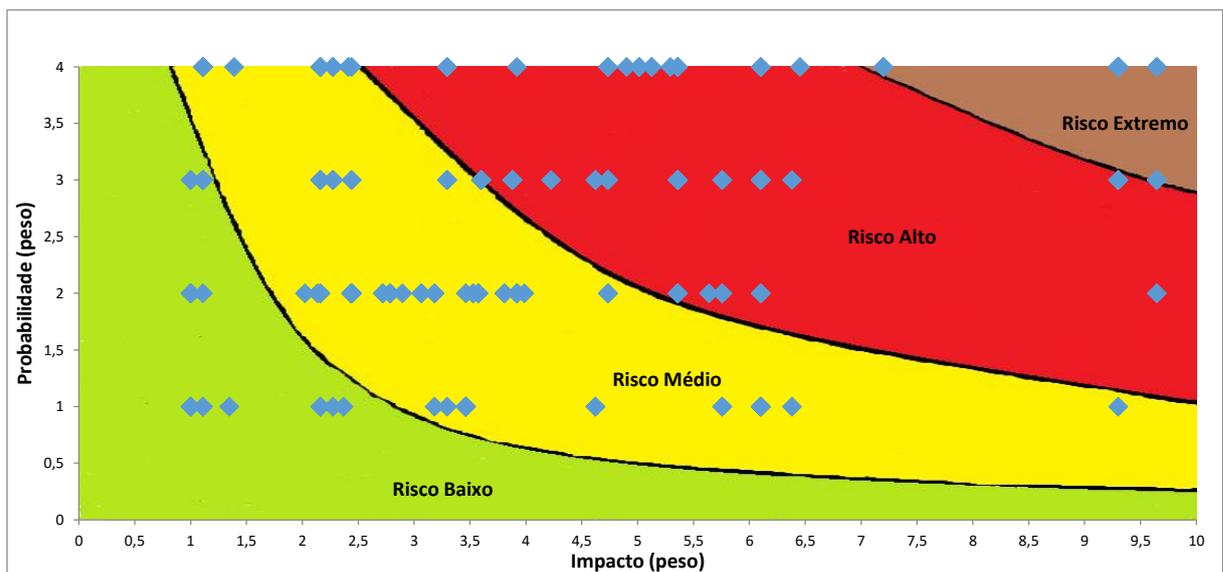


Gráfico 1 - Composição dos Riscos Residuais



Fonte: Equipe de Auditoria

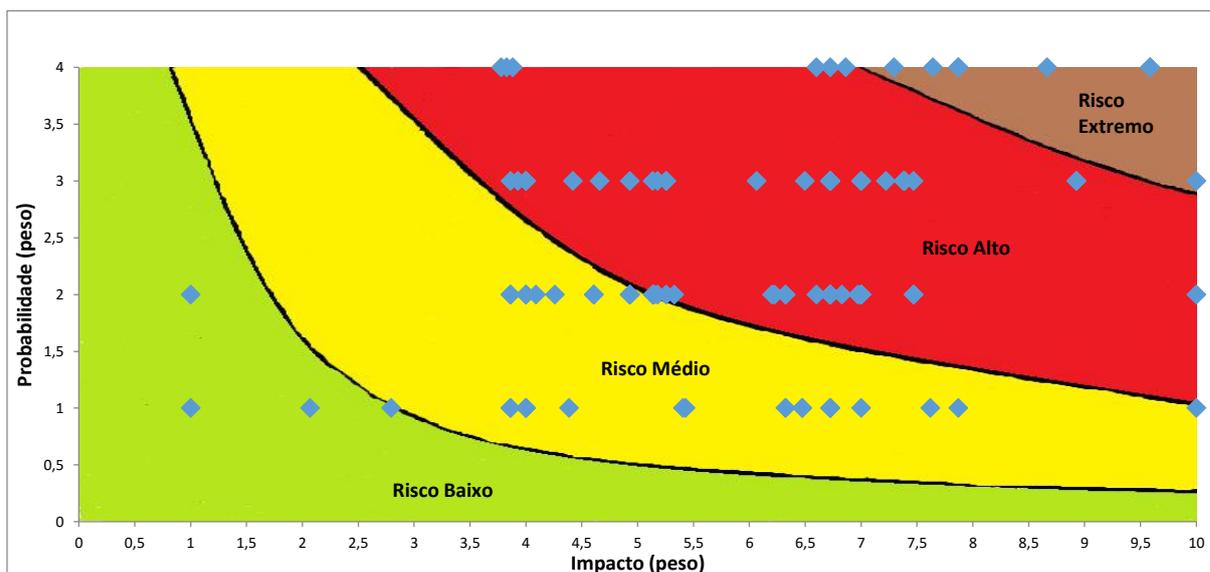
Gráfico 2 - Matriz de Riscos Residuais Fiscalização



Fonte: Equipe de Auditoria



Gráfico 3 - Matriz de Riscos Residuais Licenciamento



Fonte: Equipe de Auditoria

Os Gráficos da Matriz de Riscos Residuais constam na íntegra no **APÊNDICE D**.

## 2.4. Avaliação dos Controles

Na oportunidade de avaliação dos riscos residuais, os gestores realizaram o julgamento dos controles informados, utilizando os níveis de confiança citados no Quadro 3, como forma de contraponto do resultado do risco residual. A análise do gestor encontra-se no APÊNDICE C, especificamente na coluna “avaliação do controle”.

A equipe de auditoria também procedeu uma avaliação dos controles. Para essa avaliação, após conhecer o universo de processos executados em 2019, foi selecionada pela equipe de auditoria uma amostra estratificada não aleatória e não probabilística (de 1 a 10 unidades) para verificar a existência e adequação dos controles informados, através da aplicação de técnicas de auditoria quanto ao exame documental, entrevista com servidores e observação pelo auditor.

Neste sentido, foram atribuídas nota (0 a 3) a cada controle avaliado na amostra de acordo com a quantidade de questões de auditoria respondidas positivamente, e a média das notas da amostra traduziu-se em um conceito de existência ou nível da adequação do controle. Os resultados da avaliação de Controles realizada pela equipe de auditoria, constam no **APÊNDICE E**.

É possível identificar um alinhamento da percepção do gestor e da equipe de auditoria, quanto a avaliação do desempenho do controle, assim como existe discordância em alguns pontos entre as avaliações. A comparação da avaliação realizada pelo gestor com a efetuada pela equipe de auditoria encontra-se no **APÊNDICE F**.



Neste sentido, é importante ressaltar que a avaliação de controles, realizada pela equipe de auditoria, permitirá a gestão ratificar um entendimento existente sobre o desempenho dos controles, assim como também alertá-la sobre a possibilidade de haver problemas a apurar em controles que julgava inicialmente satisfatórios.

O resultado da avaliação dos controles realizada pela equipe de auditoria, fornecerá ao gestor informações relevantes para a construção do plano de ação a ser elaborado, visando identificar quais controles serão aprimorados ou implementados.

## 2.5. Principais Resultados

- Nos dois processos, o desenho do fluxo de atividades permitiu aos gestores uma visão sistêmica do processo e de seus objetivos, o que não existia antes oficialmente.

Quanto ao processo de fiscalização:

- Apresenta 3 riscos extremos que precisam de tratamento imediato;
- Nenhum dos riscos extremos apresentaram controle informados.

**Tabela 2 - Riscos Residuais Extremos Fiscalização**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual
	Nº	Causa	Evento	Consequência	Valor
24	24.10	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	28,9
	24.11	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	38,6
	24.12	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	28,9
	24.13	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	38,6
	24.14	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	28,9
	24.15	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	28,9
	33.3	████████	Haver represamento de processos	Prescrição	37,2
34	34.1	████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Anulações desmotivadas	37,2
	34.2	████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Decisões em desconformidade com a legislação.	37,2
	37.3	████████	Haver represamento de processos	Prescrição	37,2
38	38.1	████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Decisões em desconformidade com a legislação	37,2



Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual
	Nº	Causa	Evento	Consequência	Valor
	38.2	████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Anulação desmotivada	37,2
41	41.1	████████	Não haver andamento das ações posteriores	Tratamento das penalidades fica pendente	28,8
	41.2	████████	Não haver andamento das ações posteriores	Tratamento das penalidades fica pendente	28,8

Fonte: Equipe de Auditoria

- Apresenta 29 riscos altos que necessitam de ação de tratamento;
- Não apresentaram controle informados em 95% dos riscos altos;
- Os três (03) riscos altos que apresentaram controles informados, tiveram avaliação como inexistente ou fraco na visão do auditor.

Tabela 3 - Riscos Altos com Controles Frágeis

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Situação Informada	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
12	12.1	████████	Vazamento de informações sobre a operação	Prejuízo na coleta de informações da fiscalização	16,1	ALTO	Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	Inexistente	Mediano
13	13.1	████████	Não obter as informações necessárias	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	10,7	ALTO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
17	17.2	████████	Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Subdimensionar a multa	15,7	ALTO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco

Fonte: Equipe de Auditoria

- Alinhamento da percepção do gestor e da equipe de auditoria, quanto a avaliação do controle.



Tabela 4 - Alinhamento Gestor x Auditor

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
1	1.5	██████████	Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Montar um plano de trabalho sem representatividade	5,4	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
2	2.1	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,1	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	2.2	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixa de considerar a informação que é deficiente	4,9	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	2.3	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,1	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	2.4	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixar de considerar a informação deficiente	4,9	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
13	13.1	██████████	Não obter as informações necessárias	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	10,7	ALTO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
17	17.2	██████████	Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Subdimensionar a multa	15,7	ALTO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	17.3	██████████	Impossibilidade de evidenciar a constatação	Não conseguir autuar	7,8	MÉDIO	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco



Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
32	32.1	██████████	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3,0	BAIXO	Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte	Forte
	32.2	██████████	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3,0	BAIXO	Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte	Forte

Fonte: Equipe de Auditoria

- Alertar sobre fragilidades em controles que o gestor julgava satisfatórios, devido a discordância ocorrida entre a avaliação do controle feita pelo auditor e a feita pelo gestor.

Tabela 5 - Discordância Gestor x Auditor

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
1	1.6	██████████	Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Obrigatória de readequação do PAF	9,8	MÉDIO	Possibilidade de readequação do PAF	Inexistente	Satisfatório
14	14.3	██████████	Fiscalização sobreposta com outros entes e setores	Desperdício de recursos	1,3	BAIXO	Implantação do NUDEN (núcleo de denúncias)	Fraco	Satisfatório

Fonte: Equipe de Auditoria

Quanto ao processo de licenciamento:

- Apresenta 8 riscos extremos que precisam de tratamento imediato.



**Tabela 6 - Riscos Residuais Extremos Licenciamento**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual
	Nº	Causa	Evento	Consequência	Valor
1	1.5	██████████	Empresa fornecer informações incorretas sobre caracterização	Subdimensionar os impactos ambientais	34,7
7	7.1	██████████	Não realizar uma análise completa do empreendimento	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	38,3
	7.2	██████████	Não realizar uma análise integrada do sistema ambiental	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	38,3
8	8.1	██████████	Não ser assertivo no pedido complementar único	Faltar alguma informação sensível ao processo	29,2
	8.2	██████████	Falta de fluxos secundários para tratamentos específicos e prazos de análises	Falta de uniformidade das decisões	31,5
11	11.1	██████████	Acompanhar um erro técnico na decisão	Decidir equivocadamente	31,5
15	15.6	██████████	Analisar processo mal instruído	Necessidade de diligências adicionais	30,6
	15.19	██████████	Estudos ficarem ao interesse do cliente (empresa)	Licenciamento equivocado	30,0

Fonte: Equipe de Auditoria

- Não apresentaram controle informados em 88% dos riscos extremos;
- O risco extremo que apresenta controle informado, teve avaliação como inexistente na visão do auditor. Vale ressaltar, que o gestor entende que o controle é satisfatório, o que não é provável, já que o risco é extremo.

**Tabela 7 - Risco Extremo com Controle Frágil**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
8	8.1	██████████	Não ser assertivo no pedido complementar único	Faltar alguma informação sensível ao processo	29,2	EXTREMO	Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	Inexistente	Satisfatório

Fonte: Equipe de Auditoria

- Apresenta 46 riscos altos que necessitam de ação de tratamento;
- Não apresentaram controle informados em 68% dos riscos altos.



- Dos riscos altos que apresentaram controles informados, 36% tiveram avaliação como inexistente ou fraco na visão do auditor. Vale ressaltar, que o gestor entende que o controle é satisfatório em 44% casos, o que não é provável, já que o risco é alto.

**Tabela 8 - Riscos Altos com Controles Frágeis**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Nº	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
1	1.1	[REDACTED]	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	10,3	ALTO	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano
	1.3	[REDACTED]	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	15,4	ALTO	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano
8	8.5	[REDACTED]	Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Caracterização ocorrer de forma precária	10,3	ALTO	Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Inexistente	Mediano
	8.6	[REDACTED]	Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Imprecisão da área (GPS)	10,3	ALTO	Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Inexistente	Mediano
	8.7	[REDACTED]	Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	13,4	ALTO	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Inexistente	Satisfatório
10	10.4	[REDACTED]	Parecer ser omissos quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	10,5	ALTO	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
	10.5	[REDACTED]	Parecer ser omissos quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	13,4	ALTO	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
15	15.15	[REDACTED]	Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Pagamento a menor gera prejuízo financeiro ao Estado	14,0	ALTO	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Inexistente	Satisfatório
	15.16	[REDACTED]	Não cobrar o valor das 3 fases em caso de licença corretiva	Cobrar custos do processo a menor	14,0	ALTO	DAE, regulamentação estadual	Fraco	Mediano

Fonte: Equipe de Auditoria



- Os riscos altos que apresentaram controles informados, um caso teve avaliação como forte na visão do auditor, na contramão do nível do risco residual classificado pelo gestor. Vale ressaltar, que neste caso, o monitoramento da frequência do risco com evidências pelo gestor para confirmar o nível de classificação ou não, é primordial.

**Tabela 9 - Reavaliar os Riscos Residuais no Monitoramento**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Nº	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
4	4.1	████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Reorientar processo o tempo todo	19,5	ALTO	Manual de controle operacional	Forte	Mediano
	4.2	████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Solicitar complementação de informações	26,8	ALTO	Manual de controle operacional	Forte	Mediano

Fonte: Equipe de Auditoria

- Alinhamento da percepção do gestor e da equipe de auditoria, quanto a avaliação do controle.

**Tabela 10 - Alinhamento Gestor x Auditor**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
4	4.5	████████	Desconsiderar os fatores locacionais na classificação da modalidade	Custos indevidos e necessidade de reorientar o processo	22,1	ALTO	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.6	████████	Desconsiderar fatores de vedação e restrição na análise	Cobrar custos de um processo inviável	22,1	ALTO	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.7	████████	Apressar andamento do processo pela simplificação da modalidade de análise	Necessidade de reorientar o processo	13,7	ALTO	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.10	████████	Direcionar para classe que etapa decisória é na superintendência e não no COPAM	Ato ser dado pela instância decisória que não é a competente	14,9	ALTO	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
6	6.1	████████	Perder documentos que não foram digitalizados no SIAM	Falta de documentos para consulta futura	12,5	ALTO	Cópia de documentos com a empresa	Mediano	Mediano



Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
	6.2	██████████	Documentos digitalizados não aparecerem no SIAM	Formalidade fica comprometida	11,6	ALTO	Cópia de documentos com a empresa	Mediano	Mediano
	6.4	██████████	Inserir dados incorretos no SIAM	Fazer análise com base em informações incorretas	3,9	MÉDIO	O técnico solicita a alteração do SIAM após identificação na análise	Mediano	Mediano
7	7.3	██████████	Informação falsa da empresa ou omissão ou incorreção dos documentos	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	18,2	ALTO	Processo de fiscalização deve verificar as informações dos documentos	Mediano	Mediano
	7.5	██████████	Não haver conferência in loco (vistoria)	Não verificar alguma eventual ilegalidade	15,1	ALTO	Processo de fiscalização deve verificar as informações do RAS	Mediano	Mediano
15	15.27	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Estudos incompletos, defasados e sem padronização	20,2	ALTO	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano
	15.28	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Aumento da dificuldade de análise pelos técnicos	12,0	ALTO	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano
	15.29	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Uso de Termos de Referência aproximados para situações em que não há Termo específico	21,0	ALTO	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano

Fonte: Equipe de Auditoria

- Alertar sobre fragilidades em controles que o gestor julgava satisfatórios, devido a discordância ocorrida entre a avaliação do controle feita pelo auditor e a feita pelo gestor.

Tabela 11 - Discordância Gestor x Auditor

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
8	8.1	██████████	Não ser assertivo no pedido complementar único	Faltar alguma informação sensível ao processo	29,2	EXTREMO	Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	Inexistente	Satisfatório



Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação		Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
	8.7	██████████	Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	13,4	ALTO	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Inexistente	Satisfatório
	8.8	██████████	Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	6,5	MÉDIO	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Inexistente	Satisfatório
10	10.4	██████████	Parecer ser omisso quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	10,5	ALTO	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
	10.5	██████████	Parecer ser omisso quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	13,4	ALTO	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
15	15.14	██████████	Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Necessidade de cobrança complementar	8,0	MÉDIO	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Inexistente	Satisfatório
	15.15	██████████	Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Pagamento a menor gera prejuízo financeiro ao Estado	14,0	ALTO	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Inexistente	Satisfatório

Fonte: Equipe de Auditoria

As planilhas de Comparação dos Riscos e Controles constam na íntegra no **APÊNDICE F**.



### 3. CONCLUSÃO

O trabalho teve por objetivo realizar a avaliação em gerenciamento de riscos dos processos de Fiscalização e de Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir pela existência de riscos que poderão prejudicar o atingimento dos objetivos dos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro. No entanto, também é possível identificar oportunidades de melhorias tanto por meio da implementação de novos controles, quanto pelo aprimoramento dos existentes. Ademais, é possível a utilização de melhores práticas sugeridas na planilha Avaliação de Controle, **APÊNDICE E**.

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, será materializada com a formulação do Plano de Ação, cuja elaboração compete ao gestor do processo. Ressalta-se, que atenção especial deve ser dada aos riscos extremos e altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimentos dos objetivos dos processos de licenciamento e fiscalização.

O Plano de Ação consta no **APÊNDICE G (parte)** e seguirá em meio eletrônico para o gestor preencher, identificando as ações de controle, os responsáveis pela implementação e os prazos de execução das ações que serão monitoradas pela CGE. Caso o gestor indicar que não tomará nenhuma ação, com relação aos riscos médios, devido ao seu apetite a riscos, será preciso justificar. O plano de ação preenchido deverá ser devolvido à CGE, no prazo de 30 dias úteis.

Finalmente, ressalta-se a necessidade de se efetuar o monitoramento dos riscos identificados, no intuito de validar os resultados apontados, assim como identificar novos riscos que porventura apareçam.

Superintendência Central de Auditoria em Gestão de Riscos e Programas/Auditoria-Geral, em 04 de junho de 2019.



## 4. ANEXO 1 – Metodologia

### Gestão de Riscos

A gestão de riscos é um elemento-chave da governança nas organizações do setor público, em termos de suas estruturas, processos, valores corporativos, cultura e comportamento. Se eficaz, é considerada por gestores como essencial para a realização dos objetivos estratégicos da organização e posterior tomada de decisão.

Tendo em vista sua importância para a gestão da SEMAD, o presente trabalho se propôs a iniciar os gestores na discussão e compreensão dos conceitos relacionados à gestão de riscos, por meio dos processos de Fiscalização e de Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro para posterior identificação e classificação de seus riscos e avaliação dos respectivos controles (Gerenciamento de Riscos).

### Gerenciamento de Riscos

A metodologia adotada prevê a realização de intervenções preventivas nos atos de gestão, mediante a identificação de fatores de riscos e de vulnerabilidades existentes em processos e sistemas organizacionais.

Busca-se, assim, fornecer suporte à gestão para a tomada de decisão, contribuindo para o dimensionamento e desenvolvimento de controles adequados, eliminando controles caros e ineficientes e otimizando a relação custos versus benefícios.

A metodologia adotada utilizou as opiniões e informações trazidas pelos próprios gestores do processo, notadamente quanto ao desenho do processo e seus detalhes, até a identificação do risco residual e atribuição dos pesos para a probabilidade e impacto, abrangendo as seguintes etapas de execução:

### Mapeamento do Processo

Primeiramente, inicia-se com o mapeamento do processo, identificando-se todas as atividades envolvidas e os pontos de decisão existentes. Conhecer o fluxo do processo permite encontrar gargalos, conhecer as relações existentes entre os diversos setores envolvidos no fluxo e analisar a importância de cada setor para a execução do processo, oportunizando a propositura de melhorias para sua otimização.

Caso já exista um mapeamento, deve-se validá-lo de modo a garantir que os riscos sejam identificados com base em seu fluxo real e atual.



Para a elaboração do mapeamento, é utilizada a metodologia “*Business Process Modeling Notation – BPMN*”, que significa Notação para Mapeamento de Processos de Trabalho, cujo objetivo é prover uma notação gráfica padronizada para a modelagem de processos. O software usado para a modelagem dos processos é o “*Bizagi Process Modeler*”.

## Identificação dos riscos e controles

O reconhecimento dos riscos é o primeiro passo para gerenciá-lo. Conhecer o risco pressupõe o conhecimento do processo, de seus objetivos e das variáveis ambientais que o circundam, assim como a identificação dos problemas que impactam a entrega dos produtos atingindo os objetivos do processo.

Por variáveis ambientais entendem-se as características dos ambientes interno e externo em que a organização se insere. Seu conhecimento possibilita avaliar os pontos fortes e fracos da organização, como também as oportunidades e ameaças a que se sujeita. Neste sentido, aplica-se a Matriz SWOT para identificação das fragilidades do processo, quanto a fraquezas e ameaças principalmente.

Entre os aspectos considerados para a compreensão do ambiente interno, sobressaem-se os organizacionais (políticas, estrutura, estratégias, rede de comunicação, regras etc.), de pessoal (treinamentos, sistemas de incentivo, de avaliação de desempenho etc.) e de produção (eficiência dos processos operacionais e uso de tecnologia, entre outros).

O conhecimento do ambiente externo, por sua vez, envolve a percepção de fatores econômicos, sociais, políticos, legais, tecnológicos, climáticos etc. (macro ambiente) e das forças exercidas pelos clientes, pelos fornecedores e demais atores envolvidos.

A identificação dos riscos consiste na percepção do trinômio causa, evento e consequência. Causa é a fonte do risco ou vulnerabilidade existente na organização e que dá origem a um evento. Em outras palavras é um fato ou circunstância que influencia de forma direta ou intrínseca a ocorrência do evento.

Nos termos da norma ABNT NBR ISO 31000:2018, um evento é a ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias. O evento pode, ainda, consistir em uma ou mais ocorrências e ter várias causas, sendo possível, também, que consista em alguma coisa não acontecer.

Consequência, por sua vez, refere-se ao efeito que o evento terá sobre o alcance dos objetivos organizacionais. Cada evento, combinado com determinada causa e com consequência específica, traduz-se em um risco individual.

O risco identificado denomina-se risco residual, que é o risco vinculado a determinado processo ou atividade, ao qual uma organização se submeterá na hipótese já existirem medidas voltadas à alteração de sua probabilidade ou impacto (Capacitação em Auditoria Baseada em Riscos, 2014, p. 25).



Tais medidas designam-se como controles que, segundo a ABNT NBR ISSO 31000/2018, visam a manter ou a modificar o risco e podem consistir em práticas, processos, políticas e outras ações.

Várias técnicas podem ser utilizadas para a identificação e registro dos riscos, como por exemplo, as técnicas de *brainstorm* e *bow tie*, por meio da qual a equipe envolvida na execução do processo se reuni e levanta os principais riscos relacionados ao processo, assim como identifica os controles existentes.

## Análise dos riscos

Esta etapa consiste na classificação dos riscos por meio da utilização das variáveis probabilidade e impacto. Probabilidade é a chance de algo acontecer, não importando se é definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se é descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos – como, por exemplo, uma frequência durante um determinado período. Impacto, por sua vez, é a medida dos efeitos de um evento nos objetivos organizacionais, ou seja, é a extensão do prejuízo que o risco pode acarretar.

O valor do risco é uma função tanto da probabilidade quanto da medida do impacto a ele vinculado. A presente metodologia utilizou para aferição do risco a seguinte equação:

Equação 1 - Determinação do risco

$$R = P \times I$$

Em que R= risco  
P= Probabilidade  
I = Impacto

Para o valor a ser lançado para a probabilidade, deve-se atribuir o peso de acordo com a frequência esperada para o evento de risco (tabela 1).

Tabela 12 - Peso da Probabilidade

Descrição	Frequência	Peso
Evento que ocorre na maioria das circunstâncias	> = 90%	4
Evento que provavelmente ocorre	>= 50% <= 90%	3
Evento que deve ocorrer em algum momento	>= 10% < 50%	2
Evento pode ocorrer em circunstâncias excepcionais	< 10%	1

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Para mensurar o impacto deve-se atribuir o peso de acordo com o impacto do evento nas ações de gestão da organização. Como o impacto na organização apresenta diversas nuances, utiliza-se as seguintes categorias de impacto:



Quadro 1 - Categorias de Impacto

Categoria de Impacto	Definição
<b>Estratégico</b>	Descumprimento de objetivos e metas definidos em instrumentos de planejamento e gestão (exemplo: Plano Plurianual de Planejamento Governamental - PPAG, Orçamento Fiscal, Acordo de Resultados)
<b>Operacional</b>	Prejuízo à qualidade do produto entregue ou serviço prestado à população, procedente de falha ou deficiência na atividade operacional do órgão (entidade)
<b>Imagem</b>	Prejuízo à imagem do órgão ou entidade (e, conseqüentemente, do próprio Governo) perante a sociedade (cidadãos, contribuintes, grupos beneficiados por políticas governamentais etc.) e outros órgãos (entidades) das três esferas de governo.
<b>Legal</b>	Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição
<b>Patrimonial</b>	Perdas patrimoniais procedentes de apropriação indébita de informações (patentes, pesquisas, informações financeiras etc.) e de danos ou desvios de propriedades (recursos e bens patrimoniais).
<b>Orçamentário</b>	Eventos que podem comprometer à própria execução orçamentária ou a capacidade do órgão/entidade em contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades.

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Neste sentido, é possível que o gestor defina um número menor de categorias de impacto relevantes para o processo, sendo o mínimo de 4 (quatro).

Ademais, cada categoria apresenta importância distinta ao se avaliar o impacto do risco na organização. Por isso, com a finalidade de reduzir a subjetividade na determinação da importância de cada categoria, atribuí-se peso específico, utilizando o modelo *Analytic Hierarchy Process* (AHP)<sup>1</sup>, versão Excel MS Excel 2010 (extensão xlsx). O quadro a seguir ilustra a descrição das categorias de impacto e os respectivos pesos.

Quadro 2 - Descrição das categorias de impacto e seus respectivos pesos

Estratégico	Operacional	Imagem	Legal	Orçamentário	Patrimonial	Peso
prejudica o alcance dos objetivos estratégicos	evento com potencial para levar o negócio ou serviço ao colapso	com destaque na mídia nacional, podendo atingir os objetivos estratégicos da organização	determina interrupção das atividades	alto impacto orçamentário	perda patrimonial alta	10
prejudica o alcance das metas do processo	evento cuja consequência prejudica a entrega do produto/serviço	com destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	determina ações de caráter pecuniário	médio impacto orçamentário	perda patrimonial relevante	7
requer ações gerenciais para não prejudicar o alcance das metas do processo	evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto	pode chegar a mídia, provocando a exposição por um curto período de tempo	determina ações de caráter corretivo/preventivo	pouco impacto orçamentário	perda patrimonial pouco representativa	4

<sup>1</sup> O modelo AHP foi desenvolvido por Goepel, Klaus D., modelo BPMSG AHP Excel, disponível em <http://bpmsg.com>, cuja versão é de livre uso.



Estratégico	Operacional	Imagem	Legal	Orçamentário	Patrimonial	Peso
pouco ou nenhum impacto nas metas	evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades formais	impacto apenas interno	pouco ou nenhum impacto	impacto orçamentário irrelevante	perda patrimonial irrelevante	1

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Para cada risco identificado, atribuem-se os pesos para a probabilidade e impacto, obtendo-se o risco residual. De posse do resultado do risco residual, elabora-se a matriz de risco e determina-se o nível de risco.

A matriz de risco (tabela 2) é uma ferramenta que classifica qualitativamente os pesos de impacto e probabilidade. O nível de risco especifica a partir de quais valores os riscos são considerados extremos, altos, médios ou baixos. O Quadro 4 ilustra os níveis de risco utilizados pela metodologia.

Tabela 13 - Matriz de Riscos

Alta	4	16	28	40
Provável	3	12	21	30
Pouco provável	2	8	14	20
Remota	1	4	7	10
Probabilidade / Impacto	Pequeno	Moderado	Alto	Muito Alto

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Tabela 14 - Níveis da Matriz de Riscos

NÍVEL	VALOR	SÍMBOLO
EXTREMO	MAIOR OU IGUAL A 28	
ALTO	MAIOR OU IGUAL A 10 E MENOR QUE 28	
MÉDIO	MAIOR QUE 3 E MENOR QUE 10	
BAIXO	MENOR OU IGUAL A 3	

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Definido o risco residual, caberá ao gestor avaliar seu apetite ao risco<sup>2</sup> e definir posteriormente o tratamento que julgar adequado ao contexto atual da organização frente aos resultados apresentados. Ressalta-se, no entanto, a obrigatoriedade de tratar os riscos residuais classificados como extremos e altos, visando modificar sua classificação, tendo em vista o impacto desses riscos no atingimento do objetivo da atividade.

<sup>2</sup> É o risco que a organização está disposta a aceitar para alcançar seus objetivos e metas estratégicas.



## Avaliação de Controles

As medidas tomadas pela administração para manter ou modificar o risco são tidas como controles. Os controles devem ser adequados e eficazes para que o risco seja reduzido, uma vez que não se pode eliminá-lo totalmente. Ressalte-se que os controles internos devem ser constantemente avaliados, com o intuito de verificar se os sistemas de controle são eficientes e eficazes e se estão em conformidade com as leis e os regulamentos. Com vistas à avaliação dos Controles, procede-se aos seguintes exames:

1. Os gestores realizam a avaliação dos controles (subjetivamente sobre o conhecimento do processo) informados através dos conceitos do quadro 3 como forma de contraponto do resultado do risco residual.

Quadro 3 - Avaliação do Nível de Confiança no Controle

Nível de Confiança (NC)	Avaliação do desenho e implementação dos controles
Inexistente Nc = 0%	Controles Inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais
Fraco NC = 20%	Controles tem abordagem <i>ad hoc</i> , tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas
Mediano NC = 40%	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas
Satisfatório NC= 60%	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas, que embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente
Forte NC = 80%	controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

2. Os auditores realizam a avaliação dos controles informados através da aplicação de procedimentos e técnicas de auditoria<sup>3</sup> (matriz de planejamento) para responder as questões e testes de validação formulados quanto a existência do controle e adequação (qualitativa) ao objetivo que o controle se propõe.

Antes, uma amostra estratificada é selecionada pelo auditor após conhecer o universo de processos executados. Neste sentido, são atribuídas notas a cada controle avaliado na amostra e a média das notas se traduz em um conceito de existência ou adequação do controle, conforme tabela abaixo:

<sup>3</sup> Execução de testes mediante aplicação de técnicas de auditoria, tais como: exame físico, entrevista, circularização, conferência de cálculo, conferência de requisitos formais e dados básicos, exame de documentos originais, exame da escrituração, investigação, inquérito, exame dos registros auxiliares, observação, etc.



Tabela 15 - Avaliação de Controles

Nota Atribuída a Cada Unidade da Amostra		Nota Unidade A	Nota Unidade B	Nota Unidade N	Média	Conceito
Controle não responde a primeira questão (ele existe?)	0	1	0	0	<1	Inexistente
Responde até metade das questões	1	1	1	2	<2	Fracó
Responde acima da metade das questões	2	2	2	3	<3	Mediano
Responde todas as questões	3	3	3	3	=3	Forte

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos



## 5. ANEXO 2 – Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Gestão de riscos — Princípios e diretrizes** – ISO 31000:2009.
- Brasil. Tribunal de Contas da União. **Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos**: Portaria-SEGECEX nº 9, de 18 de maio de 2017 - Aprova o documento “Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos”.
- Controladoria Geral do Estado – CGE. **Capacitação em Auditoria Baseada em Riscos**, 2014. 120 p. Apostila.
- Controladoria Geral do Estado – CGE. **Controle Interno e Auditoria Governamental**, 2012. 116 p. Apostila.
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP. **Manual de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão**. Brasília, janeiro de 2017.
- Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU. **Metodologia de Gestão de Riscos**. Brasília, abril de 2018.
- PricewaterhouseCoopers LLP. **COSO: Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada - 2007**.



## 6. ANEXO 3 – Legislação aplicável

- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- **Decreto nº 44.844, de 25/06/2008** – Estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento.
- **Decreto 46.993, DE 02/05/2016** - Institui a Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragem e dá outras providências.
- **Decreto nº 47.042, de 06/09/2016** - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- **Decreto 47.383 DE 02/03/2018** - Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente.
- **Deliberação Normativa COPAM nº 62, de 17 de dezembro de 2002** - Dispõe sobre critérios de classificação de barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatório de água.
- **Deliberação Normativa COPAM no 74, de 9 de setembro de 2004** - Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente.
- **Deliberação Normativa COPAM nº 87, de 17 de junho de 2005** - Altera e complementa a Deliberação Normativa COPAM Nº 62, de 17/12/2002.
- **Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017** - Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais.
- **Deliberação Normativa COPAM nº 220, de 21 de março de 2018** - Estabelece diretrizes e procedimentos para a paralisação temporária da atividade minerária e o fechamento de mina.
- **Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 25 de julho de 2018** - Dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual.



- **Instrução de Serviço SISEMA nº 02/2017** - Compensação pelo corte ou supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no bioma mata atlântica.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 04/2017** - Procedimentos para análise e acompanhamento de condicionantes pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAM.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2017** - Procedimentos para a emissão de Parecer Único para subsidiar a decisão dos órgãos colegiados.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018** - Procedimentos para aplicação da deliberação normativa COPAM nº 217/2017.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 02/2018** - Procedimentos aplicáveis à gestão do banco de declarações ambientais e para o licenciamento ambiental de barragens de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 05/2018** - Estabelece procedimentos para o cadastro das ações de fiscalização no Sistema de Fiscalização da SEMAD.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2018** - Padronização dos atos administrativos referentes aos processos administrativos de regularização ambiental.
- **Instrução de Serviço SISEMA nº 07/2018** - Procedimentos aplicáveis à paralisação da atividade minerária e aos processos administrativos de fechamento de mina.
- **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011** - exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição.
- **Lei Estadual nº 21.972, de 21/01/2016** - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA.
- **Lei Estadual nº 23.291, de 25/02/2019** - Institui a política estadual de segurança de barragens.
- **Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010** - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.

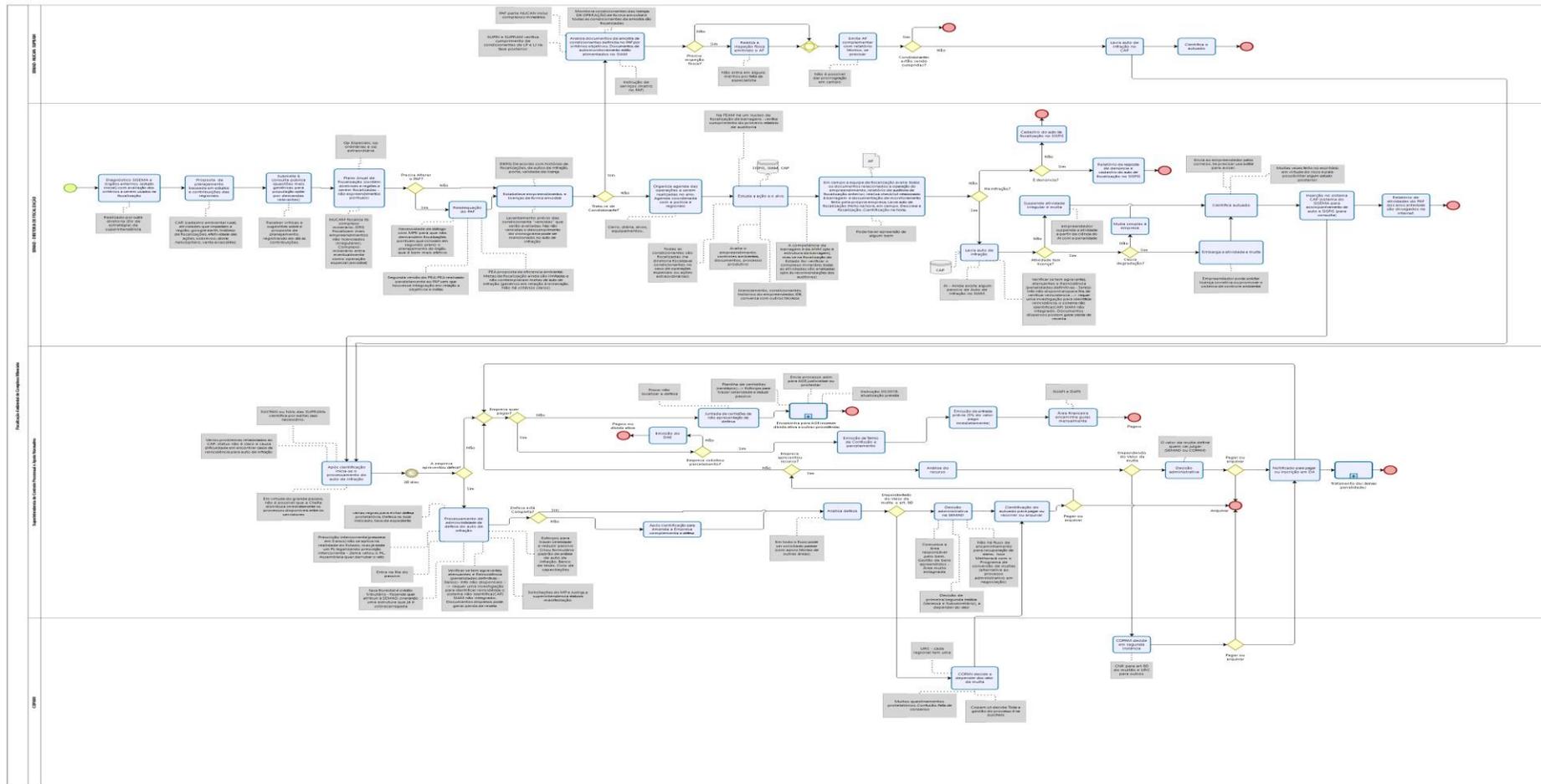


- MINAS GERAIS, Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1989.
- **Resolução CONAMA Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997** - Revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.
- **Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.372, de 06 de maio de 2016** - Estabelece diretrizes para realização da Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragens de rejeito com alteamento para montante.
- **Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.765, de 30 de janeiro de 2019** - Determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias.
- **Resolução SEMAD nº 412, de 28 de setembro de 2005** – Disciplina procedimentos administrativos dos processos de licenciamento e autorização ambientais.
- **Resolução SEMAD nº 2.762, de 29 de janeiro de 2019** - Dispõe sobre a suspensão das análises de regularização ambiental nas hipóteses que menciona.



# 7. APÊNDICE

## A. Diagrama de Fluxo Fiscalização







## B. Folha de Processo Fiscalização

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização	Elabora o Plano de trabalho constando os critérios para definição da amostra genérica de fiscalização, baseado no PEA (Proposta de Eficiência Ambiental) que contemplar metas de Governo quanto a fiscalização. Faz a comparação de um ano para outro considerando a estrutura física da polícia e das regionais.	Criar os critérios do plano de trabalho que serão utilizados para a formulação do plano anual de fiscalização	██████████	Técnico	Plano de Trabalho Processo de Licenças SIAM - denúncias SISFIS - Fiscalização IDE - Dados Espaciais PEA - Metas Ambientais	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Processos de licenciamento	██████████
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização						Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Fiscalização de barragens pela FEAM	
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização						Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização						Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Possibilidade de readequação do PAF	
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização						Não ter base de dados sobre assuntos específicos (Fauna)		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização						Considerar mais critérios reativos simples em detrimento dos critérios estratégicos		
2	Elaborar Proposta de Planejamento de Fiscalização	Elabora a proposta de planejamento respeitando os critérios do Plano de Trabalho e baseada em estudos e contribuições das regionais; base da dados extraída do SIAM - Sistema de Informação Ambiental (Fornecida pela DEFIS - Diretoria Especial de Fiscalização); outros relatórios de dados e bases de dados para definição da amostra genérica de fiscalização.	Criar documento com a proposta inicial das fiscalizações consideradas estrategicamente prioritárias	██████████	Técnico	Proposta de Planejamento Plano de Trabalho	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	██████████
3	Submete à consulta pública	Submete à consulta pública (participação popular on line) para receber críticas e sugestões sobre a proposta de planejamento, registrando as contribuições.	Obter da sociedade a opinião sobre a proposta de fiscalização	██████████	Técnico	Ata de Audiência	Dificuldade na mobilização do pessoal interessado		
3	Submete à consulta pública						Falta de olhar estratégico do público em prol do interesse pontual ou pessoal		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
4	Conclusão do Plano de Fiscalização Anual	Considerar as contribuições externas para a finalização do plano anual de fiscalização que pode ser ordinária (inclusive condicionantes é amostral) ou operações especiais, de acordo com a capacidade operacional da SUFIS (Subsecretaria de Fiscalização) menos 50% reservada a demanda extraordinária de momento para utilizar durante o ano (MP, denúncias).	Criar um documento de consulta e planejamento das fiscalizações estratégicas que devem ser executadas durante o ano	██████████	Técnico	Plano Anual de Fiscalização	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias		██████████
5	Readequação do Plano Anual de Fiscalização	Apresentadas outras demandas mais prioritárias, realizar a alteração do PAF devidamente justificada na mudança de estratégia	Registrar no PAF demandas não contempladas	██████████	Técnico	Plano Anual de Fiscalização Alterado	Perder a tempestividade da fiscalização (Piracema)		██████████
5	Readequação do Plano Anual de Fiscalização						Perda de representatividade do diagnóstico		
6	Filtro da Amostra Detalhada	Estabelece empreendimentos de forma amostral mais detalhada por processo de acordo com histórico de fiscalizações, de autos de infração, porte, validade da licença e todas as condicionantes a ele relacionadas são fiscalizadas.	Definir os empreendimentos que serão fiscalizados de acordo com força de trabalho	██████████	Técnico	Ordem de Serviço	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
6	Filtro da Amostra Detalhada						Informações disponíveis não serem suficientes para uma boa amostragem		
6	Filtro da Amostra Detalhada						Informação para decisão da amostra não ser verdadeira		
6	Filtro da Amostra Detalhada						Não fiscalizar um vizinho em pior situação (mais relevante)		
7	Analisa documentos da amostra de condicionantes	Monitora o cumprimento das condicionantes após a LO, inseridas no SIAM. Verificar o cumprimento das Condicionantes no Prazo, onde a empresa apresentará o auto monitoramento. Acompanhar a Manutenção das Condicionantes e dos critérios de licenciamento ambiental no tempo.	Estudar a lógica de formulação das condicionantes para saber o que deve ser cobrado	██████████	Técnico	Formulário de Acompanhamento. Planilha de análise. Auto monitoramento.	Auto monitoramento com informações fraudadas, incompletas ou ao interesse da empresa		██████████
7	Analisa documentos da amostra de condicionantes						Não cobrar condicionantes que não entraram na amostra		
8	Realiza Inspeção Física das Condicionantes	Em campo a equipe de fiscalização avalia o cumprimento das condicionantes, através das ações de minimização dos impactos ambientais realizadas pela empresa	Confirmar em campo as informações fornecidas no auto monitoramento	██████████	Técnico	Auto de Fiscalização de condicionantes.	Cobrar o cumprimento de condicionantes desatualizadas no sistema		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
		(avaliando dados do auto monitoramento).							
8	Realiza Inspeção Física das Condicionantes						Não conseguir entender o teor da condicionante criada no licenciamento		
9	Emite Auto de Fiscalização das Condicionantes	Emite Auto de Fiscalização das Condicionantes	Relatar as constatações sobre cumprimento das condicionantes	██████████	Técnico				
10	Lavra Auto de Infração sobre Condicionantes	Lavra Auto de Infração sobre Condicionantes	Registrar as punições de incorreções no cumprimento das condicionantes	██████████	Técnico				
11	Cientifica o Autuado sobre Condicionantes	Cientifica o Autuado sobre Condicionantes	Publicizar as constatações sobre o cumprimento das condicionantes	██████████	Técnico				



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
12	Organiza agenda das operações	Organiza agenda das operações a serem realizadas no ano. Agenda coordenada com a polícia e regionais (também Carro, diária, alvos, equipamentos).	Organizar a logística de atuação dos fiscais de acordo com a oferta de estrutura e pessoal	██████████	Gerência	Ofício de Credenciamento dos fiscais	Vazamento de informações sobre a operação	Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	
12	Organiza agenda das operações						Alteração de agenda em virtude de interferências externas		
12	Organiza agenda das operações						Cancelar a operação		
13	Estuda a ação e o alvo	Licenciamento, condicionantes, histórico do empreendedor, IDE, conversa com outros técnicos. Documentos de DAIA e outorgas.	Entender quais as situações históricas e de momento caracterizam o empreendimento	██████████	Técnico	Processos de Licenciamento. Teor de denúncias.	Não obter as informações necessárias	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	██████████
13	Estuda a ação e o alvo						Não ter segurança física para fazer o trabalho	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
14	Realiza Fiscalização em Campo	<p>Em campo a equipe de fiscalização avalia relatório de auditoria de fiscalização anterior, realiza check list relacionado à barragem e documentação de monitoramento feito pela própria empresa. Ainda, avalia o empreendimento, controles ambientais, documentos, processo produtivo. Lavra auto de fiscalização (Feito na hora, em campo. Descreve a fiscalização. Cientificação na hora). Diretoria faz as inspeções físicas do PAF registradas no SISFIS com apoio de técnicos do IGAM, IEF e FEAM (complexos), além da polícia militar e outros órgãos (simples). Realiza análise dos dados antes de ir a campo para a inspeção física e autuação, se for o caso. Não há multa por infrações não tipificadas que devem receber advertência de adequação.</p>	Confirmar em campo as informações verificadas nos estudos e análises de constatações de irregularidades	██████████	Técnico	<p>Laudos Técnicos Autos de Fiscalização Autos de Infração (sistema CAP) Notificação DAE da multa Termo de Confissão</p>	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
14	Realiza a Fiscalização em Campo						Modificar o ambiente de fiscalização enquanto atende as questões de segurança do trabalho		
14	Realiza a Fiscalização em Campo						Fiscalização sobreposta com outros entes e setores	Implantação do NUDEN (núcleo de denúncias)	
14	Realiza a Fiscalização em Campo						Não identificar irregularidade		
14	Realiza a Fiscalização em Campo						Constrangimento do fiscal pela precariedade da informação levada a campo		
14	Realiza a Fiscalização em Campo						Montar um plano de trabalho sem representatividade		
15	Cadastro de Auto de Fiscalização no SISFIS	Cadastrar o Auto de Fiscalização no sistema de fiscalização com dados e anexos de documentos emitidos	Guardar dados consolidados para consulta futura	██████████	Técnico	SISFIS - Sistema de Fiscalização	Sistemas ficarem sem alimentação de dados		
16	Relatório de Resposta de Denúncias	Emitir documento com as respostas de verificação as denúncias demandadas	Responder a sociedade sobre suspeitas de irregularidades	██████████	Técnico	Relatório de Devolutiva das Denúncias	Não conseguir responder a denúncia para o canal correto		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
17	Lavra Auto de Infração	Inserção no sistema CAP (sistema do SISEMA para acompanhamento de auto de infração ) e SISFIS (para consulta). Envia ao empreendedor pelos correios. Se precisar usa edital para avisar. Verificar se tem agravantes, atenuantes e Reincidência (penalidades definitivas - 3 anos)- Info não disponíveis em sistema para fins de verificar reincidência --> requer uma investigação para identificar reincidência (CAP não identifica e SIAM não integrado).	Registro da aplicação de infração e multa sobre irregularidades constatadas	██████████	Técnico	Auto de Infração.	Realizar fiscalização sem estar credenciado		██████████
17	Lavra Auto de Infração						Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	
17	Lavra Auto de Infração						Impossibilidade de evidenciar a constatação	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	
17	Lavra Auto de Infração						Interpretação do técnico sobre a matéria é equivocada		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
17	Lavra Auto de Infração						Superestimar a lavratura do auto		████████
17	Lavra Auto de Infração						Repetir erros de anulação no auto		
17	Lavra Auto de Infração						Repetir erros que provoquem alteração no auto e dificuldade de processamento		
18	Suspende Atividade Irregular	Fiscalização encontra situação de atividades não licenciadas e aplica multa por auto de infração referente ao impacto ambiental, depois envia para licença corretiva.	Paralisar atividades exercidas de forma irregular	████████	Técnico		A empresa não suspender de fato a atividade		████████
19	Aplica Multa Simples	Aplica Multa Simples	Coibir irregularidades (efeito pedagógico)	████████	Técnico	Emissão de DAE	Depender do Estado para obter o documento		
20	Embarga Atividade	Embarga Atividade	Paralisar atividades exercidas de forma irregular	████████	Técnico		Empresa retomar a atividade embargada		
21	Científica Autuado	Científica o Autuado	Publicizar o interessado sobre as constatações da autuação	████████	Técnico	Publicação no Diário Oficial	Não encontrar o autuado		
22	Inserção no CAP	Inserção no CAP	Registrar dados da autuação para consulta futura	████████	Técnico		Não preencher os dados essenciais		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
23	Publicação da Execução do PAF	Relatório final de execução do PAF é publicado na internet com os resultados gerenciais da fiscalização	Publicizar para a sociedade a execução das metas de fiscalização em relação a estratégia de planejamento	██████████	Técnico	Relatório Gerencial			██████████
24	Processamento do auto de infração	Após identificação inicia-se o processamento do auto de infração e a Chefia distribui os processos disponíveis entre os servidores. A análise pode revelar um processo nulo. Se não, proceder o recebimento da defesa. Se não, a empresa pode querer pagar (parcelado ou não).	Avaliar as circunstâncias legais de aplicação do auto de infração para aferir a sua validade	██████████	Técnico	Relatório Técnico. Despacho de Decisão.	Cientificar preposto sem poderes de decisão		██████████
24	Processamento do auto de infração						Dados do autuado estarem incorretos		██████████
24	Processamento do auto de infração						Atrasos no processamento		
24	Processamento do auto de infração						Não tratar casos relevantes (complexo minerário) prioritariamente		
25	Juntada de Certidões para AGE	Juntada de Certidões para AGE	Instruir o processo para a AGE	██████████	Técnico	Cardápio de Certidões	Juntada manual gera demora		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
26	AGE Toma as Providências	Encaminha para AGE inscrever dívida ativa e outras providências. Planilha de certidões (cardápio)--> Esforços para trazer celeridade e reduzir passivo. Envia nota técnica para AGE judicializar ou protestar.	Providenciar ações fora da esfera administrativa (medidas fiscais e judiciais)	██████████	Jurídico	Processo Judicial. Processo de Inscrição da Dívida.	Divergência de entendimentos e dificuldade de alinhamento de entendimento		██████████
27	Emissão da DAE	Emissão da DAE	Registro financeiro da multa	██████████	Técnico	DAE	Demora no procedimento (mesmo quando o autuado deseja realizar o pagamento)		
28	Termo de Confissão	Emissão do Termo de confissão da dívida	Assumir o compromisso da dívida	██████████	Técnico	Termo de Confissão	Empresa desistir da confissão		
28	Termo de Confissão						Empresa desistir da confissão		
28	Termo de Confissão						Empresa desistir do parcelamento		
29	Entrada Prévia de 5%	Pagar 5% do valor como entrada	Dar uma entrada para registrar o compromisso da dívida	██████████	Técnico	DAE	Empresa não ter condição de arcar com este custo inicial		
30	Encaminhamento das Guias de Pagamento	Área financeira (SUAFI e DAFS) encaminha guias mensalmente para pagar, até encerrar.	Proporcionar o parcelamento da dívida	██████████		Guias de Pagamento	Esquecer de enviar as guias mensais		
30	Encaminhamento das Guias de Pagamento						Empresa não receber a guia encaminhada		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
31	Processamento de admissibilidade da defesa do auto de infração	Várias regras para evitar defesa protelatória. Defesa no local indicado, taxa de expediente. Entra na fila do passivo	Admitir que as questões de fato e direito são válidas na defesa	██████████	Técnico	Defesa da Empresa	Prescrição intercorrente do processo		██████████
31	Processamento de admissibilidade da defesa do auto de infração						Admitir defesa meramente protelatória		
31	Processamento de admissibilidade da defesa do auto de infração						Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial		
32	Complemento da Defesa	Solicitar a empresa a complementação dos argumentos e documentos da defesa	Realizar a completude da análise	██████████	Técnico	Documentos da Defesa	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	
33	Análise da Defesa	Verificar se tem agravantes, atenuantes e Reincidência (penalidades definitivas - 3anos) - Info não disponíveis --> requer uma investigação para identificar reincidência. O sistema não identifica (CAP) SIAM não integrado. Documentos dispersos pode gerar perda de receita.	Verificar os argumentos e documentos inseridos quanto a sua validade e pertinência	██████████	Técnico	Relatório Técnico	Não ter especificidade técnica quando necessário (Baixa qualificação técnica do analista)		██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
		Comunica a área responsável pelo bem. Cientifica a empresa sobre a decisão. Discorrer sobre Restrição de direito e perdimento do bem, se for o caso. Parecer (com apoio técnico de outras áreas)							
33	Análise da Defesa						Haver represamento de processos		
33	Análise da Defesa						Demora apoio técnico quando necessário		
33	Análise da Defesa						Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades		
33	Análise da Defesa						Dificuldade para contestar a defesa		
34	COPAM decide Processo	COPAM decide Processo	Sociedade participar das decisões de autuações mais relevantes	██████████	Colegiado	Ata do Conselho	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos		
35	Decisão Administrativa SEMAD	Decisão Administrativa na SEMAD	Dar uma decisão sobre o caso	██████████	Técnico	Despacho de Decisão	Demora da autoridade competente em decidir		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
36	Científica Autuado	Científica o Autuado da decisão	Publicizar a decisão ao interessado	████████	Técnico		Não realização adequada da cientificarão (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)		
37	Análise Recursos SEMAD	de na Análise de Recursos na SEMAD	Considerar os argumentos finais contra a decisão	████████	Técnico	Despacho de Decisão	Não ter especificidade técnica quando necessário		
37	Análise Recursos SEMAD	de na					Haver represamento de processos		
37	Análise Recursos SEMAD	de na					Demora apoio técnico quando necessário		
37	Análise Recursos SEMAD	de na					Baixa qualificação técnica do analista		
38	COPAM Decide 2ª Instância	Recursos do COPAM são analisados na Câmara Normativa Recursal - CNR. Cabe recurso referente ao indeferimento, arquivamento, anulação, suspensão e outras decisões do Estado, mediante pagamento taxas de expediente.	Sociedade participar das decisões de recursos de autuações mais relevantes	████████	Colegiado	Ata do Conselho	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos		████████
39	Decisão Administrativa do Recurso SEMAD	Decisão Administrativa do Recurso SEMAD	Dar uma decisão de recurso sobre o caso	████████	Técnico		Demora da autoridade competente em decidir		████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
40	Notificação Final	Notificação Final	Chegar a decisão administrativa final	████████	Técnico		Não realização adequada da cientificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)		
41	Tratamento das Demais Penalidades	Destinação dos bens por perdimento. Encaminhamento para reposição florestal no IEF.	Dar encaminhamento sobre as ações posteriores	████████	Técnico		Não haver andamento das ações posteriores		████████



## Folha de Processo Licenciamento

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
1	Preencher formulário de requerimento no sistema	Empresa solicita licenciamento de todas as atividades do empreendimento no site da SEMAD através do formulário FCE - Caracterização do Empreendimento. Pode ser nova, renovação, corretiva, inclusão/modificação/alteração de atividade ou desativação do complexo.	Receber a caracterização correta do empreendimento	██████████	Administrativo	Formulário FCE - Caracterização do Empreendimento (site SEMAD)	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	██████████
1	Preencher formulário de requerimento no sistema						Atividade incluída não considerar o empreendimento como um todo (ampliação de simplificado)		
1	Preencher formulário de requerimento no sistema						Empresa fornecer informações incorretas sobre caracterização		
1	Preencher formulário de requerimento no sistema						Empresa fraudar ou omitir as informações sobre caracterização		
1	Preencher formulário de requerimento no sistema						Baixo interesse da empresa na regularização quando já tem um TAC de operação		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
2	SUPRI recebe o projeto prioritário	Empresa solicita a inclusão como projeto prioritário. Grupo de Políticas Públicas Prioritárias e Desenvolvimento Sustentável faz a definição se o empreendimento solicitado é de interesse prioritário para o Estado (relevância econômica, social (INDI) e ambiental (SEMAD)). Se for, vai para a SUPRI, se não para a SUPRAM. A verificação é feita com critérios objetivos e subjetivos que não são divulgados, inclusive para continuidades de operações que foram julgadas inicialmente prioritárias.	Dar celeridade aos projetos de interesse econômico ou ambiental para o Estado	██████████	Gerência	Ofício de Ordem	Processo não possui os critérios de prioritário, mas ser julgado como prioritário pela continuidade do empreendimento		██████████
2	SUPRI recebe o projeto prioritário						Não ser um estudo sistêmico e robusto dos projetos prioritários para o Estado (macroeconomia)		
3	SUPRAM recebe o projeto não prioritário	O projeto não prioritário entra na fila comum podendo durar até dois anos a análise do licenciamento, até que o projeto possa operar.	Dar vazão aos projetos não prioritários	██████████	Gerência	Pasta do Projeto			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
4	Valida o preenchimento do FCE	Valida o preenchimento do formulário originando o FOB contendo a modalidade final (convencional trifásica ou simplificada com RAS - sucintos impactos e medidas de controle - com a caracterização do empreendimento (determinação da classe 1-6 (porte e potencial poluidor) + critério locacional determinado pelo analista, de 0-2). Ainda orienta sobre os estudos, projetos e documentação exigida através do FOB (formulário de orientações básicas). Podem haver fatores de restrição ou vedação nos critérios locacionais que impeça o empreendimento (consulta Sistema IDE - infraestrutura de dados espaciais). Emite DAE via sistema.	Realizar as exigências documentais pela modalidade especificada na classificação da caracterização	[REDACTED]	Administrativo	Formulário FOB - formulário de orientações básicas	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Manual de controle operacional	[REDACTED]
4	Valida o preenchimento do FCE						Analista não conseguir conferir a caracterização do empreendimento	Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	
4	Valida o preenchimento do FCE						Desconsiderar os fatores locacionais na classificação da modalidade	O técnico reorienta o processo	
4	Valida o preenchimento do FCE						Desconsiderar fatores de vedação e restrição na análise	O técnico reorienta o processo	



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
4	Valida o preenchimento do FCE						Apressar andamento do processo pela simplificação da modalidade de análise	O técnico reorienta o processo	
4	Valida o preenchimento do FCE						Tornar o processo inepto indevidamente		
4	Valida o preenchimento do FCE						Não ter acesso a informações sensíveis como base de dados de processo criminal		
4	Valida o preenchimento do FCE						Direcionar para classe que etapa decisória é na superintendência e não no COPAM	O técnico reorienta o processo	
4	Valida o preenchimento do FCE						Deixar de solicitar no FOB estudos e documentos inseridos manualmente		
5	Formaliza o processo	Formaliza o processo eletrônico, logo que a DAE for paga, recebendo os documentos do FOB.	Dar abertura no processo	██████████	Administrativo	Processo Eletrônico			
6	Inserir documentos no sistema	Digitalizar e inserir no SIAM a pasta de processo	Dar acesso e visibilidade ao processo	██████████	Administrativo	Processo Eletrônico	Perder documentos que não foram digitalizados no SIAM	Cópia de documentos com a empresa	██████████



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
6	Inserir documentos no sistema						Documentos digitalizados não aparecerem no SIAM	Cópia de documentos com a empresa	
6	Inserir documentos no sistema						Empresa mudar dados do processo na cópia física (2ª via)		
6	Inserir documentos no sistema						Inserir dados incorretos no SIAM	O técnico solicita a alteração do SIAM após identificação na análise	
7	Analisa Relatório Simplificado RAS	Realiza a análise do relatório ambiental simplificado sem vistoria in loco, a princípio, mas é possível conferir o empreendimento a distância pelo IDE (infraestrutura de dados espaciais).	Verificar questões técnicas ambientais mínimas que a modalidade exige	██████████	Técnico	Certidão municipal de ocupação e uso do solo. Outorga de direito minerário. Autorização de intervenção ambiental (DAIA). Outorga de recursos hídricos.	Não realizar uma análise completa do empreendimento		██████████
7	Analisa Relatório Simplificado RAS						Não realizar uma análise integrada do sistema ambiental		
7	Analisa Relatório Simplificado RAS						Informação falsa da empresa ou omissão ou incorreção dos documentos	Processo de fiscalização deve verificar as informações dos documentos	



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
7	Analisa Relatório Simplificado RAS						Informações jurídicas não serem analisadas	Check list com verificações formais simplificadas	
7	Analisa Relatório Simplificado RAS						Não haver conferência in loco (vistoria)	Processo de fiscalização deve verificar as informações do RAS	
8	Solicita informações Complementares	Solicita informações Complementares, pois algumas informações específicas não constam no termo de referência	Obter a completude sistêmica dos dados de análise	██████████	Técnico		Não ser assertivo no pedido complementar único	Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	██████████
8	Solicita informações Complementares						Falta de fluxos secundários para tratamentos específicos e prazos de análises		
8	Solicita informações Complementares						Desconhecer o ato de cancelamento da AAF- Autorização de Funcionamento Ambiental		
8	Solicita informações Complementares						Equívoco na mensuração do tamanho da compensação ambiental		
8	Solicita informações Complementares						Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Verificação das imagens de satélite (google Earth e IDE)	



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
8	Solicita informações Complementares						Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	
8	Solicita informações Complementares						Demora da empresa no retorno das informações complementares		
9	Arquiva Processo Simplificado	Superintendente decide pelo ato de arquivamento	Encerrar o processo por indeferimento na insuficiência de informações	██████████	Técnico		Retrabalho no desarquivamento		██████████
10	Emite Parecer Processo Simplificado	Emite Parecer Processo Simplificado	Analisar o processo que atingiu a completude de informações	██████████	Técnico	Parecer Técnico	Análise técnica refletir informação falsa ou incorreta declarada		
10	Emite Parecer Processo Simplificado						Parecer ser omissos para análise de cenário socioeconômico		
10	Emite Parecer Processo Simplificado						Parecer ser omissos quanto ao estudo da fauna	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	██████████
11	Superintendente Decide Processo Simplificado	Superintendente Decide Processo Simplificado	Concluir o processo solicitado	██████████	Gerência	Despacho de Decisão	Acompanhar um erro técnico na decisão		██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
11	Superintendente Decide Processo Simplificado						Decidir equivocadamente sobre uma regra de transição		
12	Dá Publicidade ao Processo Simplificado	Dá Publicidade ao Processo Simplificado	Dar conhecimento público ao processo e prestar contas dos atos administrativos, principalmente do interessado direto	██████████	Técnico	Página do Diário Oficial			
13	Dar Publicidade ao Processo com EIA	Dar Publicidade ao Processo com EIA	Conhecimento Público da Realização da Audiência Pública	██████████	Técnico		Esquecer de abrir prazo para a audiência pública		
13	Dar Publicidade ao Processo com EIA						Empresa menor não conseguir custear a audiência pública		
13	Dar Publicidade ao Processo com EIA						Perder tempo entendendo o processo para a audiência pública		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
14	Realizar Audiência Pública	<p>Empresa providencia as atividades logísticas necessárias para a realização da Audiência Pública, sendo publicado edital para a devida publicidade.</p> <p>A reunião será para esclarecer dúvidas, receber críticas e sugestões que deverão ser refutadas na análise técnica, sendo que as atas constarão todas estas manifestações, bem como gravação da audiências e evidências coletadas.</p> <p>Edital ficará publicado por 45 dias até que um grupo representante solicite a audiência que será divulgada em rádio e jornal convocando representações públicas e sociais da localidade. Também disponibilizar o EIA/RIMA para conhecimento prévio.</p>	Conhecimento Público do Estudo de Impacto Ambiental e oportunidade de discussão do empreendimento	██████████	Administrativo	Folder de Divulgação	Não receber contribuições valorosas	██████████	
14	Realizar Audiência Pública						Não atingir o público correto		
14	Realizar Audiência Pública						A reunião não ser representativa		
14	Realizar Audiência Pública						Empresa não ser clara ou excessivamente técnica		
14	Realizar Audiência Pública						Reunião virar palanque para interesses políticos ou ideológicos		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
15	Análise Técnica do Processo	<p>Na LP: projeto de concepção referente ao conteúdo e planejamento de tecnologias alternativas. Análise técnica dos estudos exigidos de impacto ambiental (EIA/RIMA - local de menor potencial de risco, melhor tecnologia e analisará efeitos cumulativos - ou RCA - relatório de controle ambiental). Observação de questões de segurança do trabalho, caução ambiental, estudos geológico, estrutural, sísmico, hidro geológico e de cenários de ruptura com manchas de inundação. Impactos ambientais da atividade quanto a: ruídos, partículas e gases no ar; abastecimento de águas superficiais e subterrâneas; supressão de vegetação e solo; perda do habitat silvestre.</p> <p>Na LI: Entregar projeto executivo, estudos geológicos da fundação, investigações de campo com sondagens, coletas de amostras, estudos hidrológicos, plano de instrumentação, manuais de operação, frequência de monitoramento, níveis de alerta, plano de desativação e ensaios laboratoriais de construção. Também manual de operação de auto monitoramento e plano de desativação. Ainda laudo de revisão e projeto de drenagem pluvial.</p> <p>Na LO: Entregar plano de</p>	Verificar se as condições ambientais estão sendo consideradas nas atividades de exploração	██████████	Técnico	Papéis de Análise Intermediárias	Decidir pelo indeferimento de uma licença que já tem um TAC liberando a operação	██████████	



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
		contingência, supervisão da construção, relatório de como construído, auditoria técnica de segurança e declaração de estabilidade com as recomendações da consultoria independente. Também protocolo do plano de emergência.							
15	Análise Técnica do Processo						Analisar documentos incorretos ou falsos		
15	Análise Técnica do Processo						Analisar processo mal instruído		
15	Análise Técnica do Processo						Divergência de entendimentos técnicos e jurídicos		
15	Análise Técnica do Processo						Fazer análises equivocadas de entendimentos revogados		
15	Análise Técnica do Processo						Erro de julgamento do porte e potencial poluidor		
15	Análise Técnica do Processo						Fazer análises equivocadas de entendimentos revogados		
15	Análise Técnica do Processo						Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema	



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
								persiste no passivo	
15	Análise Técnica do Processo						Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	
15	Análise Técnica do Processo						Não cobrar o valor das 3 fases em caso de licença corretiva	DAE, regulamentação estadual	██████████
15	Análise Técnica do Processo						Condicionante não cumprida no prazo piora com o tempo		
15	Análise Técnica do Processo						Falta de razoabilidade dos prazos de condicionantes		
15	Análise Técnica do Processo						Estudos ficarem ao interesse do cliente (empresa)		
15	Análise Técnica do Processo						Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente		
15	Análise Técnica do Processo						Não haver termo de referência específico para estudos	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TRs	
15	Análise Técnica do Processo						Descumprir os prazos de análise da licença		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
15	Análise Técnica do Processo						Exigência de compensação ambiental incoerente na condicionante		
16	Vistoria In Loco	Cria as condicionantes da fase com fundamento técnico, prazo para cumprimento e pode ser de compensação do impacto ou evitar/mitigar, podendo ser alterada ou excluída, conforme o caso. Verifica o cumprimento das condicionantes da fase anterior, inclusive através das evidências do auto monitoramento. Solicitação de inclusão de atividade que exige reavaliação dos critérios porte e potencial poluidor quando avaliadas no conjunto de atividades do empreendimento, mas não os locais, se já foram considerados. Não aumenta o prazo da LO.	Conferir in loco as informações descritas no documentos e estudos	██████████	Técnico	Relatório de Vistoria	Não ter acesso a um local de mata fechada		██████████
16	Vistoria In Loco						Não conseguir verificar uma extensão de APP em campo		
16	Vistoria In Loco						Condução da empresa na vistoria ser ao seu interesse		
16	Vistoria In Loco						Constrangimento do vistoriador por questões de segurança		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
16	Vistoria In Loco						Não criar as condicionantes adequadas		
16	Vistoria In Loco						Não incluir atividades que ensejariam a reavaliação dos critérios de porte e potencial poluidor		
17	Solicita Informações Complementares	Solicita Informações Complementares	Complementar informações e dados faltantes para análises	██████████	Técnico	Comunicado de Pedido Complementar			
18	Arquiva Processo Convencional	Arquiva Processo Convencional	Encerrar o processo por indeferimento na insuficiência de informações	██████████	Técnico	Despacho de Arquivamento			
19	Publica Processo Convencional	Publica Processo Convencional	Dar publicidade as decisões do processo	██████████	Técnico	Publicação no Diário Oficial			
20	Emite Parecer Processo Convencional	Emite Parecer Processo Convencional	Analisar o processo que atingiu a completude de informações	██████████	Técnico	Parecer Preliminar	Prorrogação automática do certificado anterior, caso seja formalizado com 120 dias de antecedência do vencimento		
20	Emite Parecer Processo Convencional						Superestimar deferimento de licenças		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
21	Análise Jurídica	Análise jurídica e processual. No âmbito dos processos de licenciamento, a situação dessas estruturas, como dados de condição de estabilidade atualizados, eventuais autos de fiscalização e autos de infração lavrados pela FEAM, devem fazer parte do parecer único.	Verificar questões legais e sanear eventuais irregularidades do processo	██████████	Técnico	Parecer Jurídico			██████████
22	Parecer Único	Parecer Único	Consolidar as análises técnica e jurídica em único documento consolidado e gerencial	██████████	Técnico	Parecer Único	Não considerar informações sobre as auditoria de fiscalização ordinária		
23	Publica Parecer Único	Publica Parecer Único	Dar publicidade as decisões do processo	██████████	Técnico	Publicação no Diário Oficial	Publicar uma versão errada		
24	Reunião da Câmara Técnica	Reunião da Câmara Técnica	Discutir as constatações do processo	██████████	Conselho	Ata de Reunião			
25	Diligência	Diligência	Complementar informações e dados faltantes para análises	██████████	Técnico	Relatório de Diligência			
26	Análise da Diligência	Análise da Diligência	Considerar as informações que eram faltantes ao processo	██████████	Técnico				



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
27	Revisão do Parecer	Revisão do Parecer	Inserir ou modificar as constatações, considerando as novas informações	██████████	Técnico	Parecer Único			
28	Pedido de Vistas	Pedido de Vistas	Obter maior tempo para entender as análises do processo	██████████	Conselho		Usar do método para protelar a decisão		
29	Parecer de Vistas do Conselheiro	Parecer de Vistas do Conselheiro	Tecer considerações do conselho sobre as análise melhor verificadas no tempo maior de entendimento	██████████	Conselho	Parecer de Vistas	Documentação a disposição do conselheiro impede uma análise mais robusta		
30	Reunião Final da Câmara Técnica	Reunião Final da Câmara Técnica	Segunda rodada de discussões das constatações, seus complementos e novas considerações	██████████	Conselho	Ata de Reunião			
31	COPAM Decide Licenciamento	Câmara Técnica de Atividades Minerárias analisa tecnicamente a licença e o Conselho decide o mérito da licença ambiental (dar publicidade). Parecer da SEMAD não é vinculante.	Decisão sobre a pertinência e legalidade do processo	██████████	Conselho	Despacho de Decisão	Decisão atender interesses políticos e ideológicos, ignorando alegações técnicas		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
31	COPAM Decide Licenciamento						Excluir ou incluir uma condicionante incoerente		
32	Homologa Decisão	Homologa Decisão	Mostrar conhecimento e referendo do dirigente	██████████	Gerência	Despacho de Homologação			
33	Empresa Envia Recurso	Empresa Envia Recurso	Contestar a decisão	██████████	Jurídico	Recurso do Indeferimento			
34	COPAM decide Recursos	Recursos são analisados na Câmara Normativa Recursal - CNR (COPAM e 2ª instância da URC) ou Unidade (SUPRI/SUPRAM) Regional Colegiada - URC. Cabe recurso referente ao indeferimento, arquivamento, anulação, suspensão e outras decisões do Estado, mediante pagamento taxas de expediente. Recurso é analisado tecnicamente antes pela área.	Solução final de contraponto da decisão administrativa em relação as alegações de discordância dos interessados	██████████	Conselho	Despacho de Decisão	Decisão ficar sem condicionantes e compensação devido mudança do COPAM		██████████
34	COPAM decide Recursos						Decisão atender interesses políticos e ideológicos, ignorando alegações técnicas		
35	Publica Decisão COPAM	Publica Decisão COPAM	Publicizar a decisão ao interessado e sociedade	██████████	Técnico	Publicação no Diário Oficial			



### C. Análise de Risco Fiscalização

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
1	1.1	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	8,6	MÉDIO	█	Processos de licenciamento	Mediano
	1.2	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,3	MÉDIO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Mediano
	1.3	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Mediano
	1.4	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	BAIXO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Mediano
	1.5	██████████	Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Montar um plano de trabalho sem representatividade	2	7	14	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	5,4	MÉDIO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco
	1.6	██████████	Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Obrigatória de readequação do PAF	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	9,8	MÉDIO	█	Possibilidade de readequação do PAF	Satisfatório
	1.7	██████████	Não ter base de dados sobre assuntos específicos (Fauna)	Não considerar estes assuntos na fiscalização	4	7	28	4	7	28	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	19,6	ALTO	█		



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc								
2	1.8		Considerar mais critérios reativos simples em detrimento dos critérios estratégicos	Montar um plano de trabalho sem representatividade	2	7	14	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	5,4	MÉDIO			
	2.1		Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	2	7	14	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	6,1	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco			
	2.2		Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixa de considerar a informação que é deficiente	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco			
	2.3		Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	2	7	14	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	6,1	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco			
	2.4		Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixar de considerar a informação deficiente	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco			
3	3.1		Dificuldade na mobilização do pessoal interessado	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO						
	3.2		Falta de olhar estratégico do público em prol do interesse pontual ou pessoal	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO						



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
	3.3	██████████	Falta de olhar estratégico do público em prol do interesse pontual ou pessoal	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO	█		
4	4.1	██████████	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Perda de controle sobre as políticas públicas (questões estratégicas)	4	10	40	4	10	40	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	25,8	ALTO	█		
	4.2	██████████	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Diminuir o tempo dedicado as questões estratégicas	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	20,1	ALTO	█		
	4.3	██████████	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Eventualmente diminuir a efetividade da fiscalização ambiental	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	20,1	ALTO	█		
5	5.1	██████████	Perder a tempestividade da fiscalização (Piracema)	Não fiscalizar este tema específico	4	10	40	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	21,2	ALTO	█		
	5.2	██████████	Perda de representatividade do diagnóstico	Resultado das fiscalizações serem menos estratégicas	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	7,1	MÉDIO	█		
6	6.1	██████████	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos que não se encaixam nesta característica	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	7,3	MÉDIO	█	Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Mediano
	6.2	██████████	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos que não se encaixam nesta característica	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	7,3	MÉDIO	█	Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Mediano



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
6	6.3	██████████	Informações disponíveis não serem suficientes para uma boa amostragem	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO	█		
	6.4	██████████	Informações disponíveis não serem suficientes para uma boa amostragem	Utilização ineficiente dos recursos utilizados	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	5,6	MÉDIO	█					
	6.5	██████████	Informação para decisão da amostra não ser verdadeira	Exclusão de empreendimento irregular da amostra	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	4	16	21,4	ALTO	█					
	6.6	██████████	Não fiscalizar um vizinho em pior situação (mais relevante)	Não otimização dos recursos utilizados	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,8	MÉDIO	█					
	6.7	██████████	Não fiscalizar um vizinho em pior situação (mais relevante)	Não otimização dos recursos utilizados	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,8	MÉDIO	█					
7	7.1	██████████	Auto monitoramento com informações fraudadas, incompletas ou ao interesse da empresa	Preparação para as vistorias de condicionantes baseada em informações incorretas	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	10,7	ALTO	█					
	7.2	██████████	Não cobrar condicionantes que não entraram na amostra	Possibilidade de condicionantes sem cumprimento	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,8	MÉDIO	█					
8	8.1	██████████	Cobrar o cumprimento de condicionantes desatualizadas no sistema	Refazer análises com novas vistorias	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,8	MÉDIO	█					
	8.2	██████████	Não conseguir entender o teor da condicionante criada no licenciamento	Analisar o cumprimento sobre outra ótica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	BAIXO	█					
12	12.1	██████████	Vazamento de informações sobre a operação	Prejuízo na coleta de informações da fiscalização	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	4	12	16,1	ALTO	█	Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	Mediano			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
12	12.2	████████	Alteração de agenda em virtude de interferências externas	Comprometimento do planejamento das ações	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	4	8	5,8	MÉDIO	█		
	12.3	████████	Cancelar a operação	Deixar de fiscalizar empreendimento relevante	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	10,7	ALTO	█		
	13.1	████████	Não obter as informações necessárias	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	10,7	ALTO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco
13	13.2	████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Manipulação do ambiente enquanto a equipe busca suporte policial	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	1	2	4,0	MÉDIO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Satisfatório
	13.3	████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Não realizar a fiscalização	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Satisfatório
14	14.1	████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Mobilizar mais recursos para viabilizar a fiscalização	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	5,6	MÉDIO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Satisfatório
	14.2	████████	Modificar o ambiente de fiscalização enquanto atende as questões de segurança do trabalho	Comprometimento da ação de fiscalização	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação							
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário										
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle		
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc							
14.3		Fiscalização sobreposta com outros entes e setores	Desperdício de recursos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	1,3	BAIXO	■	Implantação do NUDEN (núcleo de denúncias)	Satisfatório
14.4		Não identificar irregularidade	Não autuar	2	1	2	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	7	14	8,0	MÉDIO	■					
14.5		Constrangimento do fiscal pela precariedade da informação levada a campo	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade (Impacto na imagem)	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	7,1	MÉDIO	■					
14.6		Montar um plano de trabalho sem representatividade	Fiscalização não atingir os objetivos de melhoria da qualidade ambiental	2	10	20	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	11,3	ALTO	■					
15	15.1	Sistemas ficarem sem alimentação de dados	Informações disponíveis não serem suficientes para outras etapas do processo de fiscalização	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO	■					
16	16.1	Não conseguir responder a denúncia para o canal correto	Denunciante não recebe a devolutiva da apuração da denúncia	1	1	1	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,1	BAIXO	■					
17	17.1	Realizar fiscalização sem estar credenciado	Anulação do Auto de Infração e invalidade do auto de fiscalização	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	4	4	2,4	BAIXO	■					
	17.2	Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Subdimensionar a multa	4	4	16	4	4	16	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	4	16	15,7	ALTO	■	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
17.3	██████████	Impossibilidade de evidenciar a constatação	Não conseguir autuar	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,8	MÉDIO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	
17.4	██████████	Interpretação do técnico sobre a matéria é equivocada	Retrabalho	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,1	MÉDIO	█			
17.5	██████████	Superestimar a lavratura do auto	Ser injusto na autuação do empreendedor	2	1	2	2	1	2	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	4,3	MÉDIO	█			
17.6	██████████	Superestimar a lavratura do auto	Gastos desnecessários de recursos com sequência do processo	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,1	MÉDIO	█			
17.7	██████████	Repetir erros de anulação no auto	Gastos desnecessários com anulação	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,6	MÉDIO	█			
17.8	██████████	Repetir erros que provoquem alteração no auto e dificuldade de processamento	Retrabalho	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	7,6	MÉDIO	█			
18	18.1	██████████	A empresa não suspender de fato a atividade	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	1	4	4	1	4	20,5	ALTO	█			
19	19.1	██████████	Depender do Estado para obter o documento	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	7,1	MÉDIO	█			
20	20.1	██████████	Empresa retomar a atividade embargada	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	1	4	4	1	4	20,5	ALTO	█			
21	21.1	██████████	Não encontrar o autuado	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	4	8	5,6	MÉDIO	█			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
22	22.1	██████	Não preencher os dados essenciais	Falta de informações completas no sistema	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	BAIXO			
	22.2	██████	Não preencher os dados essenciais	Falta de informações completas no sistema	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO			
24	24.1	██████	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Necessidade de proceder a correta identificação	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	24.2	██████	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Nulidade dos atos praticados	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	24.3	██████	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta identificação	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	24.4	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Retrabalho	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	24.5	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Retrabalho	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	24.6	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Nulidade dos atos praticados	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4,6	MÉDIO			
	24.7	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Nulidade dos atos praticados	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4,6	MÉDIO			
	24.8	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Processos judiciais contra o Estado	1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	1	4	4	6,1	MÉDIO			
	24.9	██████	Dados do atuado estarem incorretos	Processos judiciais contra o Estado	1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	1	4	4	6,1	MÉDIO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
	24.10	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	10	30	28,9	EXTREMO	████████		
	24.11	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	10	40	38,6	EXTREMO	████████		
	24.12	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	10	30	28,9	EXTREMO	████████		
	24.13	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	10	40	38,6	EXTREMO	████████		
	24.14	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	10	30	28,9	EXTREMO	████████		
	24.15	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	10	30	28,9	EXTREMO	████████		
	24.16	████████	Atrasos no processamento	Prescrição	2	10	20	2	10	20	2	7	14	2	10	20	2	1	2	2	10	20	19,3	ALTO	████████		
	24.17	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	14,2	ALTO	████████		
	24.18	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	4	4	16	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	18,9	ALTO	████████		
	24.19	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	14,2	ALTO	████████		
	24.20	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	4	4	16	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	18,9	ALTO	████████		
	24.21	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	14,2	ALTO	████████		
	24.22	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	14,2	ALTO	████████		
	24.23	████████	Atrasos no processamento	Responsabilização	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	9,5	MÉDIO	████████		
	24.24	████████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	4	12	16,1	ALTO	████████		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
24.25	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	4	16	21,4	ALTO	█			
24.26	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	4	12	16,1	ALTO	█			
24.27	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	4	16	21,4	ALTO	█			
24.28	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	4	12	16,1	ALTO	█			
24.29	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	4	12	16,1	ALTO	█			
24.30	██████	Atrasos no processamento	Ações judiciais	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	10,7	ALTO	█			
24.31	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█			
24.32	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	4	1	4	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4,4	MÉDIO	█			
24.33	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█			
24.34	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	4	1	4	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4,4	MÉDIO	█			
24.35	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█			
24.36	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█			
24.37	██████	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	2	1	2	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,2	BAIXO	█			
24.38	██████	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,5	MÉDIO	█			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação							
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário										
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle		
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>							
24.39		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	8,6	MÉDIO			
24.40		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,5	MÉDIO			
24.41		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	8,6	MÉDIO			
24.42		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,5	MÉDIO			
24.43		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,5	MÉDIO			
24.44		Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,3	MÉDIO			
24.45		Não tratar casos relevantes (complexo minerário) prioritariamente	Tratar processo menos relevantes em detrimento dos mais complexos	4	4	16	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	5,6	MÉDIO			
24.46		Não tratar casos relevantes (complexo minerário) prioritariamente	Tratar processo menos relevantes em detrimento dos mais complexos	4	4	16	4	1	4	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	9,7	MÉDIO			
25	25.1	Juntada manual gera demora	Necessidade de parar a equipe para elaborar planilha de certidões com acúmulo de documentos para assinar	3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	4	12	12,7	ALTO			
26	26.1	Divergência de entendimentos e dificuldade de alinhamento de entendimento	Devolução de processos	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	13,9	ALTO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
27	27.1	██████████	Demora no procedimento (mesmo quando o autuado deseja realizar o pagamento)	Demora na conclusão do procedimento	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO			
	27.2	██████████	Demora no procedimento (mesmo quando o autuado deseja realizar o pagamento)	Demora no pagamento ao Estado	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO			
28	28.1	██████████	Empresa desistir da confissão	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO			
	28.2	██████████	Empresa desistir da confissão	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	4,9	MÉDIO			
	28.3	██████████	Empresa desistir do parcelamento	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,5	MÉDIO			
	28.4	██████████	Empresa desistir do parcelamento	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	6,9	MÉDIO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação										
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário													
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle					
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>										
29	29.1	██████████	Empresa não ter condição de arcar com este custo inicial	Parcelamento não efetivado. Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)			1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,2	BAIXO	█		
	29.2	██████████	Empresa não ter condição de arcar com este custo inicial	Parcelamento não efetivado. Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)			1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,2	BAIXO	█		
30	30.1	██████████	Esquecer de enviar as guias mensais	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto.)			1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,2	MÉDIO	█		
	30.2	██████████	Esquecer de enviar as guias mensais	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto.)			2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	2	2	1	2	2	6,4	MÉDIO	█		
	30.3	██████████	Empresa não receber a guia encaminhada	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto.)			2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	4	8	2	1	2	2	2	2	1	2	2	6,4	MÉDIO	█		
31	31.1	██████████	Prescrição intercorrente do processo	Impossibilidade de cobrança posterior com perda de receita			3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	7	21	27,9	ALTO	█					
	31.2	██████████	Prescrição intercorrente do processo	Responsabilização			3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	9,9	MÉDIO	█					



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
31.3	██████	Prescrição intercorrente do processo	Ações judiciais	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	19,1	ALTO	█			
31.4	██████	Prescrição intercorrente do processo	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█			
31.5	██████	Prescrição intercorrente do processo	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,8	MÉDIO	█			
31.6	██████	Admitir defesa meramente protelatória	Acúmulo de trabalho sem meios para adequada vazão desse volume	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	13,9	ALTO	█			
31.7	██████	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Impossibilidade de cobrança posterior com perda de receita	1	10	10	1	10	10	1	7	7	1	10	10	1	1	1	1	7	7	9,3	MÉDIO	█			
31.8	██████	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Responsabilização	1	1	1	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	1	1	3,3	MÉDIO	█			
31.9	██████	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Ações judiciais	1	7	7	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	6,4	MÉDIO	█			
31.10	██████	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Reclamação do empreendedor	1	1	1	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,1	BAIXO	█			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
32	31.11	██████████	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Pressão sobre os servidores da área	1	1	1	1	4	4	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,3	BAIXO			
	32.1	██████████	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,0	BAIXO		Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte
	32.2	██████████	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,0	BAIXO		Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte
33	33.1	██████████	Não ter especificidade técnica quando necessário (Baixa qualificação técnica do analista)	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	11,6	ALTO			
	33.2	██████████	Não ter especificidade técnica quando necessário (Baixa qualificação técnica do analista)	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	11,6	ALTO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
	33.3	████████	Haver represamento de processos	Prescrição	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	37,2	EXTREMO	█		
	33.4	████████	Haver represamento de processos	Responsabilização	4	1	4	4	4	16	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	13,2	ALTO	█		
	33.5	████████	Haver represamento de processos	Ações judiciais	4	4	16	4	7	28	4	4	16	4	7	28	4	1	4	4	4	16	24,4	ALTO	█		
	33.6	████████	Haver represamento de processos	Reclamação do empreendedor	4	1	4	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4,4	MÉDIO	█		
	33.7	████████	Haver represamento de processos	Pressão sobre os servidores da área	4	1	4	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	9,1	MÉDIO	█		
	33.8	████████	Demora apoio técnico quando necessário	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	10,8	ALTO	█		
	33.9	████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	7	21	27,9	ALTO	█		
	33.10	████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Responsabilização	3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	9,9	MÉDIO	█		
	33.11	████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Ações judiciais	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	18,3	ALTO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
33	33.12	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█		
	33.13	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,8	MÉDIO	█		
	33.14	██████████	Dificuldade para contestar a defesa	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	10,8	ALTO	█		
34	34.1	██████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Anulações desmotivadas	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	4	7	28	37,2	EXTREMO	█		
	34.2	██████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Decisões em desconformidade com a legislação.	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	4	7	28	37,2	EXTREMO	█		
35	35.1	██████████	Demora da autoridade competente em decidir	Demora na conclusão do processamento	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	9,5	MÉDIO	█		
36	36.1	██████████	Não realização adequada da cientificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta cientificação	1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5,8	MÉDIO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário								
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
36.2	[REDACTED]	Não realização adequada da certificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta certificação	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	17,3	ALTO	■			
				2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	2	1	2	11,5	ALTO				
				1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4	6,1	MÉDIO				
				3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	18,3	ALTO				
				2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	2	4	8	12,2	ALTO				
				3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	11,6	ALTO				
37	[REDACTED]	Não ter especificidade técnica quando necessário	Pareceres incompletos com retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	11,6	ALTO	■			
				3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	11,6	ALTO							
				4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	37,2	EXTREMO				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação										
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial								Risco Orçamentário					
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle		
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>							
37.4	██████████	Haver represamento de processos	Responsabilização	4	1	4	4	4	16	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	13,2	ALTO	█		
37.5	██████████	Haver represamento de processos	Ações judiciais	4	4	16	4	7	28	4	4	16	4	7	28	4	1	4	4	4	16	4	4	16	24,4	ALTO	█		
37.6	██████████	Haver represamento de processos	Reclamação do empreendedor	4	1	4	4	1	4	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4,4	MÉDIO	█		
37.7	██████████	Haver represamento de processos	Pressão sobre os servidores da área	4	1	4	4	4	16	4	4	16	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	9,1	MÉDIO	█		
37.8	██████████	Demora apoio técnico quando necessário	Pareceres incompletos com retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	10,8	ALTO	█		
37.9	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Prescrição	3	10	30	3	10	30	3	7	21	3	10	30	3	1	3	3	7	21	3	7	21	27,9	ALTO	█		
37.10	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Responsabilização	3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	9,9	MÉDIO	█		
37.11	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Ações judiciais	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12	3	4	12	18,3	ALTO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)																		Risco Residual Classificação								
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial			Risco Orçamentário											
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle			
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>								
37	37.12	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Reclamação do empreendedor	3	1	3	3	1	3	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3,3	MÉDIO	█		
	37.13	██████████	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Pressão sobre os servidores da área	3	1	3	3	4	12	3	4	12	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	6,8	MÉDIO	█		
	37.14	██████████	Baixa qualificação técnica do analista	Pareceres incompletos com retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	10,8	ALTO	█		
38	38.1	██████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Decisões em desconformidade com a legislação	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	4	7	28	37,2	EXTREMO	█		
	38.2	██████████	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Anulação desmotivada	4	10	40	4	10	40	4	7	28	4	10	40	4	1	4	4	7	28	4	7	28	37,2	EXTREMO	█		
39	39.1	██████████	Demora da autoridade competente em decidir	Demora na conclusão do processamento	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	1	2	2	1	2	9,5	MÉDIO	█		
40	40.1	██████████	Não realização adequada da certificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta certificação	1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5,8	MÉDIO	█		
	40.2	██████████	Não realização adequada da certificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta certificação	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	1	3	17,3	ALTO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação																	
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Patrimonial								Risco Orçamentário												
	Nº	Causa	Evento	Consequência	9%			39%			4%			34%			3%			12%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle									
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc														
40.3	[REDACTED]	Não realização adequada da certificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta certificação	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	2	1	2	11,5	ALTO	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]										
				1	4	4	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	1	4	4						6,1	MÉDIO	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]					
				3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	7	21	3	1	3	3	4	12											18,3	ALTO	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
				2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	2	4	8															
4	7	28	4	10	40	4	4	16	4	7	28	4	1	4	4	1	4	28,8	EXTREMO	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]														
4	7	28	4	10	40	4	4	16	4	7	28	4	1	4	4	1	4						28,8	EXTREMO	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]									



## Análise de Risco Licenciamento

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
1	1.1	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	2	7	14	2	4	8	2	1	2	2	7	14	2	7	14	10,3	ALTO	■	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Mediano
	1.2	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Subdimensionar os impactos ambientais	2	1	2	2	1	2	2	7	14	2	7	14	2	1	2	8,2	MÉDIO	■	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Mediano
	1.3	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	3	7	21	3	4	12	3	1	3	3	7	21	3	7	21	15,4	ALTO	■	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Mediano
	1.4	██████████	Atividade incluída não considerar o empreendimento como um todo (ampliação de simplificado)	Multiplica o número de processos	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	7	21	3	4	12	11,8	ALTO	■		
	1.5	██████████	Empresa fornecer informações incorretas sobre caracterização	Subdimensionar os impactos ambientais	4	10	40	4	10	40	4	1	4	4	10	40	4	7	28	34,7	EXTREMO	■		
	1.6	██████████	Empresa fraudar ou omitir as informações sobre caracterização	Subdimensionar os impactos ambientais	2	7	14	2	7	14	2	1	2	2	7	14	2	7	14	12,4	ALTO	■		
	1.7	██████████	Empresa fraudar ou omitir as informações sobre caracterização	Subdimensionar os impactos ambientais	4	1	4	4	1	4	4	4	16	4	7	28	4	4	16	15,3	ALTO	■		



# Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

## Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
2	1.8	██████████	Baixo interesse da empresa na regularização quando já tem um TAC de operação	Dano ambiental em uma atividade inviável	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	4	16	27,4	ALTO			
	2.1	██████████	Processo não possuir os critérios de prioritário, mas ser julgado como prioritário pela continuidade do empreendimento	Gerar uma quantidade maior de processos na SUPRI	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	14,8	ALTO			
	2.2	██████████	Não ser um estudo sistêmico e robusto dos projetos prioritários para o Estado (macroeconomia)	Não são verificados projetos que não são demandados	4	10	40	4	7	28	4	1	4	4	1	4	4	1	4	15,5	ALTO			
4	4.1	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Reorientar processo o tempo todo	3	10	30	3	10	30	3	4	12	3	4	12	3	1	3	19,5	ALTO		Manual de controle operacional	Mediano
	4.2	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Solicitar complementação de informações	3	10	30	3	10	30	3	4	12	3	10	30	3	4	12	26,8	ALTO		Manual de controle operacional	Mediano
	4.3	██████████	Analista não conseguir conferir a caracterização do empreendimento	Reorientar processo o tempo todo	3	10	30	3	10	30	3	1	3	3	7	21	3	4	12	22,1	ALTO		Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	Satisfatório
	4.4	██████████	Analista não conseguir conferir a caracterização do empreendimento	Solicitar complementação de informações	3	10	30	3	10	30	3	4	12	3	10	30	3	4	12	26,8	ALTO		Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	Satisfatório



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
4	4.5		Desconsiderar os fatores locacionais na classificação da modalidade	Custos indevidos e necessidade de reorientar o processo	3	10	30	3	10	30	3	1	3	3	7	21	3	4	12	22,1	ALTO		O técnico reorienta o processo	Mediano
	4.6		Desconsiderar fatores de vedação e restrição na análise	Cobrar custos de um processo inviável	3	10	30	3	10	30	3	1	3	3	7	21	3	4	12	22,1	ALTO		O técnico reorienta o processo	Mediano
	4.7		Apressar andamento do processo pela simplificação da modalidade de análise	Necessidade de reorientar o processo	2	4	8	2	4	8	2	7	14	2	10	20	2	7	14	13,7	ALTO		O técnico reorienta o processo	Mediano
	4.8		Tornar o processo inepto indevidamente	Entrada de novo processo (peso na imagem institucional)	2	4	8	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	1	2	10,7	ALTO			
	4.9		Não ter acesso a informações sensíveis como base de dados de processo criminal	Solicitar complementação de informações	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO			
	4.10		Direcionar para classe que etapa decisória é na superintendência e não no COPAM	Ato ser dado pela instância decisória que não é a competente	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	10	20	2	1	2	14,9	ALTO		O técnico reorienta o processo	Mediano
	4.11		Deixar de solicitar no FOB estudos e documentos inseridos manualmente	Solicitação de Informação Complementar	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	10	20	2	1	2	14,9	ALTO			
6	6.1		Perder documentos que não foram digitalizados no SIAM	Falta de documentos para consulta futura	2	1	2	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	12,5	ALTO		Cópia de documentos com a empresa	Mediano
	6.2		Documentos digitalizados não aparecerem no SIAM	Formalidade fica comprometida	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	1	3	11,6	ALTO		Cópia de documentos com a empresa	Mediano



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
6	6.3	██████████	Empresa mudar dados do processo na cópia física (2ª via)	Fazer análise com base em documentos modificados	1	1	1	1	7	7	1	1	1	1	7	7	1	1	1	5,4	MÉDIO	█		
	6.4	██████████	Inserir dados incorretos no SIAM	Fazer análise com base em informações incorretas	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	1	1	3,9	MÉDIO	█	O técnico solicita a alteração do SIAM após identificação na análise	Mediano
7	7.1	██████████	Não realizar uma análise completa do empreendimento	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	4	10	40	4	10	40	4	10	40	4	10	40	4	1	4	38,3	EXTREMO	█		
	7.2	██████████	Não realizar uma análise integrada do sistema ambiental	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	4	10	40	4	10	40	4	10	40	4	10	40	4	1	4	38,3	EXTREMO	█		
	7.3	██████████	Informação falsa da empresa ou omissão ou incorreção dos documentos	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	3	7	21	3	7	21	3	1	3	3	7	21	3	4	12	18,2	ALTO	█	Processo de fiscalização deve verificar as informações dos documentos	Mediano
	7.4	██████████	Informações jurídicas não serem analisadas	Não verificar alguma eventual ilegalidade	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	10	30	3	1	3	22,4	ALTO	█	Check list com verificações formais simplificadas	Fraco
	7.5	██████████	Não haver conferência in loco (vistoria)	Não verificar alguma eventual ilegalidade	4	3	12	4	4	16	4	4	16	4	4	16	4	1	4	15,1	ALTO	█	Processo de fiscalização deve verificar as informações do RAS	Mediano



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
				P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc						
8	8.1		Não ser assertivo no pedido complementar único	Faltar alguma informação sensível ao processo	4	10	40	4	10	40	4	10	40	4	4	16	4	1	4	29,2	EXTREMO		Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	Satisfatório
	8.2		Falta de fluxos secundários para tratamentos específicos e prazos de análises	Falta de uniformidade das decisões	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	10	40	4	1	4	31,5	EXTREMO			
	8.3		Desconhecer o ato de cancelamento da AAF- Autorização de Funcionamento Ambiental	Deixar de autuar o empreendimento	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	10	10	1	1	1	7,9	MÉDIO			
	8.4		Equívoco na mensuração do tamanho da compensação ambiental	Compensação ambiental será desproporcional ao impacto	1	7	7	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	7	7	4,4	MÉDIO			
	8.5		Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Caracterização ocorrer de forma precária	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	7	14	2	4	8	10,3	ALTO		Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Mediano
	8.6		Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Imprecisão da área (GPS)	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	7	14	2	4	8	10,3	ALTO		Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Mediano
	8.7		Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO		Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Satisfatório
	8.8		Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	1	4	4	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	1	1	6,5	MÉDIO		Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Satisfatório



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário							
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
	8.9		Demora da empresa no retorno das informações complementares	Atrasos no andamento do processo	3	7	21	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	1	3	15,5	ALTO			
9	9.1		Retrabalho no desarquivamento	Aumento na demanda e possivelmente no passivo	1	4	4	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	1	1	6,5	MÉDIO			
10	10.1		Análise técnica refletir informação falsa ou incorreta declarada	Parecer emitido com realidade diferente do empreendimento	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO			
	10.2		Análise técnica refletir informação falsa ou incorreta declarada	Parecer emitido com realidade diferente do empreendimento	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO			
	10.3		Parecer ser omissor para análise de cenário socioeconômico	Parecer emitido com realidade socioeconômica diferente	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	7	21	3	1	3	15,8	ALTO			
	10.4		Parecer ser omissor quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	7	14	2	1	2	10,5	ALTO		Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Satisfatório
	10.5		Parecer ser omissor quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO		Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Satisfatório
11	11.1		Acompanhar um erro técnico na decisão	Decidir equivocadamente	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	10	40	4	1	4	31,5	EXTREMO			
	11.2		Decidir equivocadamente sobre uma regra de transição	Decidir equivocadamente	2	4	8	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	1	2	8,5	MÉDIO			
13	13.1		Esquecer de abrir prazo para a audiência pública	Atraso no processo	1	4	4	1	7	7	1	7	7	1	10	10	1	1	1	7,6	MÉDIO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
13	13.2	██████████	Empresa menor não conseguir custear a audiência pública	Realiza audiência sem cumprir requisitos básicos	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	7	14	2	1	2	9,2	MÉDIO	■		
	13.3	██████████	Empresa menor não conseguir custear a audiência pública	Desistir do processo (difícil de ocorrer já que houve gastos altos com EIARima, dentre outros)	2	4	8	2	4	8	2	1	2	2	7	14	2	1	2	9,2	MÉDIO	■		
	13.4	██████████	Perder tempo entendendo o processo para a audiência pública	Perder tempo de trabalho	1	1	1	1	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,1	BAIXO	■		
14	14.1	██████████	Não receber contribuições valorosas	Perder tempo de trabalho	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	9,9	MÉDIO	■		
	14.2	██████████	Não receber contribuições valorosas	Perder tempo de trabalho	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	9,9	MÉDIO	■		
	14.3	██████████	Não atingir o público correto	Perder tempo de trabalho	2	4	8	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	9,9	MÉDIO	■		
	14.4	██████████	A reunião não ser representativa	Perder tempo de trabalho	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	1	1	3,9	MÉDIO	■		
	14.5	██████████	Empresa não ser clara ou excessivamente técnica	Público não entende o processo	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	7,7	MÉDIO	■		
	14.6	██████████	Reunião virar palanque para interesses políticos ou ideológicos	Perder tempo de trabalho	1	4	4	1	1	1	1	4	4	1	4	4	1	1	1	2,8	BAIXO	■		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário							
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
15	15.1		Decidir pelo indeferimento de uma licença que já tem um TAC liberando a operação	Prejuízos ambientais enquanto o TAC vigorou	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO			
	15.2		Analisar documentos incorretos ou falsos	Licenciamento indevido do empreendimento	1	7	7	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	6,3	MÉDIO			
	15.3		Analisar documentos incorretos ou falsos	Licenciamento indevido do empreendimento	1	7	7	1	7	7	1	4	4	1	7	7	1	1	1	6,3	MÉDIO			
	15.4		Analisar documentos incorretos ou falsos	Licenciamento indevido do empreendimento	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	12,7	ALTO			
	15.5		Analisar documentos incorretos ou falsos	Licenciamento indevido do empreendimento	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	1	2	12,7	ALTO			
	15.6		Analisar processo mal instruído	Necessidade de diligências adicionais	4	10	40	4	10	40	4	4	16	4	7	28	4	1	4	30,6	EXTREMO			
	15.7		Divergência de entendimentos técnicos e jurídicos	Retrabalho e atrasos	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO			
	15.8		Fazer análises equivocadas de entendimentos revogados	Decisões equivocadas	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO			



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
15.9		Fazer análises equivocadas de entendimentos revogados	Emissão de pareceres divergentes que podem não conter entendimentos institucionais	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO				
15.10		Erro de julgamento do porte e potencial poluidor	Empreendimento enquadrado em classe inferior (ou superior)	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO				
15.11		Fazer análises equivocadas de entendimentos revogados	Emissão de pareceres divergentes que podem não conter entendimentos institucionais	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO				
15.12		Erro de julgamento do porte e potencial poluidor	Empreendimento enquadrado em classe inferior (ou superior)	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	1	1	6,7	MÉDIO				
15.13		Erro de julgamento do porte e potencial poluidor	Exigir documentos não pertinentes ao caso (modalidade errada)	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	4,0	MÉDIO				
15.14		Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Necessidade de cobrança complementar	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	8,0	MÉDIO		Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Satisfatório	



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
15.15		Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Pagamento a menor gera prejuízo financeiro ao Estado	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO		Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Satisfatório	
15.16		Não cobrar o valor das 3 fases em caso de licença corretiva	Cobrar custos do processo a menor	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO		DAE, regulamentação estadual	Mediano	
15.17		Condicionante não cumprida no prazo piora com o tempo	Aumento da degradação ambiental	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	BAIXO				
15.18		Falta de razoabilidade dos prazos de condicionantes	Condicionante não cumprida no prazo piora com o tempo	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO				
15.19		Estudos ficarem ao interesse do cliente (empresa)	Licenciamento equivocado	3	10	30	3	10	30	3	10	30	3	10	30	3	10	30	30,0	EXTREMO				
15.20		Estudos ficarem ao interesse do cliente (empresa)	Estudos incompatíveis com a realidade do empreendimento	4	7	28	4	7	28	4	4	16	4	7	28	4	7	28	26,4	ALTO				
15.21		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Expectativas sociais frustradas	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	12,0	ALTO				
15.22		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Expectativas sociais frustradas	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO				
15.23		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Expectativas sociais frustradas	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
15.24		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Subavaliação de impactos negativos	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO				
15.25		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Subavaliação de impactos negativos	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	21,0	ALTO				
15.26		Licenças de Impacto Social serem negativas posteriormente	Subavaliação de impactos negativos	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO				
15.27		Não haver termo de referência específico para estudos	Estudos incompletos, defasados e sem padronização	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO		Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	
15.28		Não haver termo de referência específico para estudos	Aumento da dificuldade de análise pelos técnicos	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	12,0	ALTO		Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	
15.29		Não haver termo de referência específico para estudos	Uso de Termos de Referência aproximados para situações em que não há Termo específico	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	21,0	ALTO		Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	
15.30		Descumprir os prazos de análise da licença	Mandado de segurança	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc					
15.31		Descumprir os prazos de análise da licença	Mandado de segurança	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO				
15.32		Descumprir os prazos de análise da licença	Mandado de segurança	1	10	10	1	10	10	1	10	10	1	10	10	1	10	10	10,0	ALTO				
15.33		Descumprir os prazos de análise da licença	Mandado de segurança	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	7	14	2	7	14	13,2	ALTO				
15.34		Descumprir os prazos de análise da licença	Demora no processamento das licenças	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	4,0	MÉDIO				
15.35		Descumprir os prazos de análise da licença	Demora no processamento das licenças	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO				
15.36		Descumprir os prazos de análise da licença	Demora no processamento das licenças	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc					
15.37		Descumprir os prazos de análise da licença	Demora no processamento das licenças	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	7	28	4	1	4	26,9	ALTO				
15.38		Exigência de compensação ambiental incoerente na condicionante	Pedido de modificação ou exclusão de condicionante, gerando retrabalho	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO				
15.39		Exigência de compensação ambiental incoerente na condicionante	Pedido de modificação ou exclusão de condicionante, gerando retrabalho	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO				
15.40		Exigência de compensação ambiental incoerente na condicionante	Descumprimento de condicionante pelo empreendedor	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	1	1	6,7	MÉDIO				
15.41		Exigência de compensação ambiental incoerente na condicionante	Descumprimento de condicionante pelo empreendedor	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	1	4	4	4,0	MÉDIO				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação							
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário										
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle		
				P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc					
16	16.1	██████████	Não ter acesso a um local de mata fechada	Solicitar estudos e tomar uma decisão a partir deles	2	10	20	2	10	20	2	10	20	2	10	20	2	10	20	20,0	ALTO	█				
	16.2	██████████	Não ter acesso a um local de mata fechada	Necessidade de verificações adicionais (imagens de satélite, outros)	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	14,0	ALTO	█				
	16.3	██████████	Não conseguir verificar uma extensão de APP em campo	Verificação adicional (estudos, satélite)	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	8,0	MÉDIO	█				
	16.4	██████████	Condução da empresa na vistoria ser ao seu interesse	Comprometimento da fiscalização	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO	█				
	16.5	██████████	Constrangimento do vistoriador por questões de segurança	Perder tempo de trabalho	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,4	ALTO	█				
	16.6	██████████	Não criar as condicionantes adequadas	Pedido de modificação ou exclusão de condicionante, gerando retrabalho	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO	█				
	16.7	██████████	Não criar as condicionantes adequadas	Pedido de modificação ou exclusão de condicionante, gerando retrabalho	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	7	7	7,0	MÉDIO	█				
	16.8	██████████	Não criar as condicionantes adequadas	Descumprimento de condicionante pelo empreendedor	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO	█				



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação			Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
				Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário								
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
20	16.9	██████████	Não criar as condicionantes adequadas	Descumprimento de condicionante pelo empreendedor	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	7	7	1	1	1	6,7	MÉDIO	█		
	16.10	██████████	Não incluir atividades que ensejariam a reavaliação dos critérios de porte e potencial poluidor	Atividade ficou fora da análise	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	3	4	12	12,0	ALTO	█		
20	20.1	██████████	Prorrogação automática do certificado anterior, caso seja formalizado com 120 dias de antecedência do vencimento	Sequência para um processo que pode estar em um novo cenário irregular	1	4	4	1	4	4	1	7	7	1	7	7	1	1	1	5,4	MÉDIO	█		
	20.2	██████████	Superestimar deferimento de licenças	Perda de qualidade na licença emitida	2	7	14	2	7	14	2	4	8	2	4	8	2	1	2	10,4	ALTO	█		
22	22.1	██████████	Não considerar informações sobre as auditoria de fiscalização ordinária	Constatar no Parecer desconsiderando situações importantes da auditoria externa	2	10	20	2	7	14	2	7	14	2	7	14	2	1	2	13,9	ALTO	█		
23	23.1	██████████	Publicar uma versão errada	Informação acessa pela sociedade é errada	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	1	2	7,7	MÉDIO	█		
28	28.1	██████████	Usar do método para protelar a decisão	Adiar a decisão	3	7	21	3	4	12	3	4	12	3	7	21	3	1	3	15,8	ALTO	█		
29	29.1	██████████	Documentação a disposição do conselheiro impede uma análise mais robusta	Decisão frágil	3	4	12	3	4	12	3	10	30	3	4	12	3	1	3	14,0	ALTO	█		



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

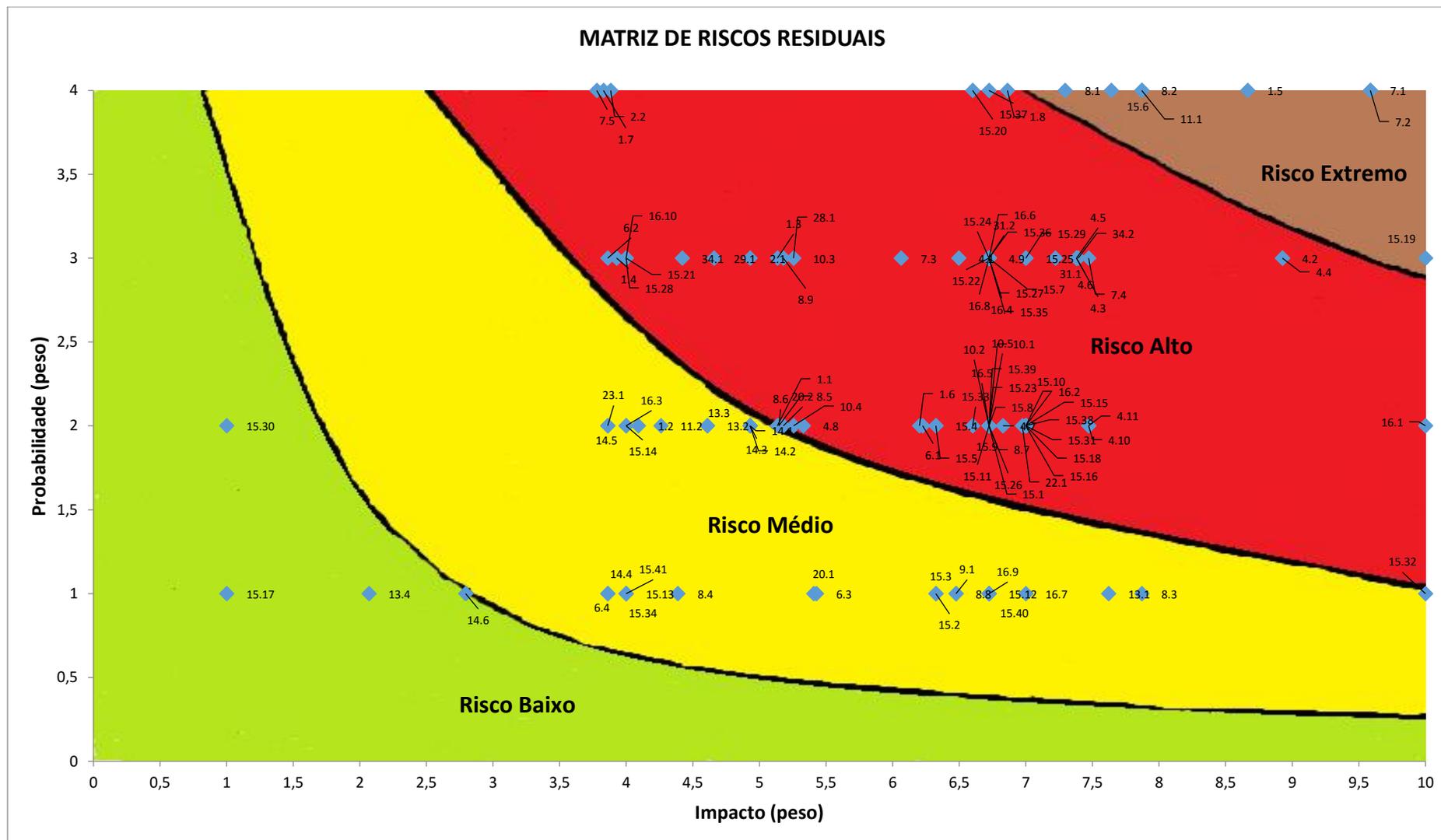
Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Estratégico			Risco Operacional			Risco à Imagem			Risco Legal			Risco Orçamentário							
	Número	Causa	Evento	Consequência	8%			36%			13%			38%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	Avaliação do Controle
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					
31	31.1	██████████	Decisão atender interesses políticos e ideológicos, ignorando alegações técnicas	Decisão Irregular	3	4	12	3	7	21	3	4	12	3	10	30	3	1	3	21,7	ALTO	█		
	31.2	██████████	Excluir ou incluir uma condicionante incoerente	Exigir ou deixar de exigir uma condicionante relevante	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	7	21	3	1	3	20,2	ALTO			
34	34.1	██████████	Decisão ficar sem condicionantes e compensação devido mudança do COPAM	Deixar de exigir uma condicionante relevante	3	1	3	3	7	21	3	1	3	3	4	12	3	4	12	13,3	ALTO	█		
	34.2	██████████	Decisão atender interesses políticos e ideológicos, ignorando alegações técnicas	Decisão Irregular	3	7	21	3	10	30	3	4	12	3	7	21	3	1	3	22,2	ALTO			





## Matriz de Riscos Residuais Licenciamento





### E. Avaliação de Controles Fiscalização

Número da Atividade	Controle Informado	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria	Amostra		Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
1	Processos de licenciamento	<p>O controle informado existe? Os processos de licenciamento contemplam as mesmas exigências normativas existentes no processo de fiscalização? Existe algum procedimento de licenciamento que dispensa a inspeção física? O momento do licenciamento contempla as mesmas características do momento da fiscalização?</p>	<p>Verificar se existem processos de licenciamento e se os mesmos apresentam as mesmas exigências de um processo de fiscalização como se este fosse, inclusive quanto ao momento. Ainda, se o procedimento de inspeção física acontece em todos os casos de processos de licenciamento.</p>	<p>Exame Documental e Entrevista com Servidores</p>	1	Fraco	██████████	██████████
	Fiscalização de barragens pela FEAM	<p>O controle informado existe? O processo de fiscalização da FEAM contemplam as mesmas exigências normativas existentes no processo de fiscalização? Todas as atividades do complexo são verificadas na visita da barragem? O momento da fiscalização da FEAM contempla as mesmas características do momento da fiscalização?</p>	<p>Verificar se existem processos de fiscalização da FEAM e se os mesmos apresentam as mesmas exigências de um processo de fiscalização como se este fosse, inclusive quanto ao momento. Ainda, se o todas as atividades do processo são verificadas na visita da barragem.</p>	<p>Exame Documental e Entrevista com Servidores</p>	1	Fraco	██████████	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Controle Informado	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria	Amostra		Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	<p>O controle informado acontece?</p> <p>Os documentos e outros sistemas consultados contém as mesmas informações do SIAM?</p> <p>É possível chegar as mesmas conclusões como se fosse o SIAM?</p> <p>Existe a mesma facilidade e agilidade como se fosse consultado o SIAM?</p>	<p>Verificar se a busca acontece e se os documentos e sistemas consultados contém as mesmas informações do SIAM, inclusive sendo possível chegar as mesmas conclusões com mesma facilidade e agilidade do SIAM.</p>	<p>Exame Documental, Observação do Sistema e Entrevista com Servidores</p>	1	Fraco	██████████	██████████
	Possibilidade de readequação do PAF	<p>O controle informado acontece?</p> <p>A readequação contém as metas estabelecidas no PEA do ano corrente?</p> <p>O impacto nos resultados do PAF antes da alteração são significativos?</p>	<p>Verificar se a alteração no PAF acontece e se as alterações se adequam ao PEA vigente. Ainda, se os resultados de fiscalização antes da alteração não impactam prejudicialmente as metas do PEA.</p>	<p>Exame Documental</p>	0	Inexistente	██████████	██████████
6	Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	<p>O controle informado acontece?</p> <p>Quando há disponibilidade financeira ou de estrutura para a fiscalização os empreendimentos preteridos inicialmente são reagendados?</p> <p>O novo momento de fiscalização dos empreendimentos antes preteridos não prejudica o resultado da fiscalização?</p>	<p>Verificar se a reprogramação acontece e se esta nova agenda contempla os empreendimentos preteridos. Ainda, se o novo momento da fiscalização oferece os mesmos resultados que seriam obtidos no primeiro planejamento dos empreendimentos preteridos.</p>	<p>Exame Documental e Entrevista com Servidores</p>	3	Forte	██████████	██████████



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Controle Informado	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria	Amostra		Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
12	Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	O controle informado acontece? O grupo de acesso a informação da operação é somente o essencial? Em que documentos circulam a informação das operações e quem tem acesso? Há informações inverídicas sobre as operações circulando?	Verificar se há restrição ao grupo de acesso da informação sobre as operações e se as informações circuladas inverídicas poderiam despistar.	Exame Documental e Entrevista com Servidores	0	Inexistente	██████████	██████████
13	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	O controle informado acontece e existe? O apoio policial aparece sempre que solicitado com facilidade e agilidade? A postura solene retorna com a presença policial? Os fiscais conhecem a cartilha de postura? Existe divulgação da cartilha e capacitações sobre ela?	Verificar se o apoio policial acontece e se a postura solene retorna por parte do empreendedor. Ainda, se a cartilha existe e é conhecida e praticada pelos fiscais.	Exame Documental e Entrevista com Servidores	2	Mediano	██████████	██████████
14	Implantação do NUDEN (núcleo de denúncias)	O controle informado existe? O sistema informado contempla todos os tipos de fiscalização realizados? Existem outros motivos para demandar a fiscalização - PAF? NUDEN seria a única base de dados de entrada de denúncias no Estado?	Verificar se o sistema é operacional e se contém todos os tipos de fiscalização (PAF). Ainda, saber se entes externos e de outros órgãos do Estado tem acesso.	Exame Documental, Observação do Sistema e Entrevista com Servidores	1	Fraco	██████████	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Controle Informado	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria	Amostra		Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
32	Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	O controle informado existe? O parecer apresenta razoabilidade na alegação quando a inaplicabilidade da contagem prescricional quando alguma defesa já foi recebida? Alguma situação o Parecer não é aplicável? Existe algum questionamento sobre o Parecer?	Verificar se o Parecer existe e se está vigente e aplicável a todos os casos. Ainda, se apresenta razoabilidade na argumentação e se não há questionamentos consideráveis sobre os argumentos.	Exame Documental e Entrevista com Servidores	3	Forte		



## Avaliação de Controles Licenciamento

Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
1	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	O controle informado existe? Os processos de inspeção in loco e fiscalização contém as mesmas exigências normativas existentes no processo de licenciamento? A inspeção in loco e a fiscalização são sempre realizados? O momento de realização da inspeção traz prejuízos (retrabalhos, atraso) para o processo de concessão de licenciamento convencional? O momento da fiscalização contempla as mesmas características do momento do licenciamento?	Verificar se existem inspeção in loco nos processos de licenciamento convencional e fiscalização nos processos de licenciamento simplificado, e se os mesmos apresentam as mesmas exigências do momento singular do processo de licenciamento. Ainda, se o procedimento de inspeção física e de fiscalização acontece em todos os casos de processos de licenciamento nas modalidades informadas.	Exame Documental e Entrevista com Servidores	1	Fraco	██████████	██████████
4	Manual de controle operacional	O manual de controle operacional existe? O manual de controle operacional trata sobre exigências de modalidade? O manual está disponível (balcão) e é utilizado? O Manual de controle operacional está atualizado? Este manual é prático (linguagem fácil, conciso, útil)?	Verificar se o manual de controle operacional existe Verificar se o manual de controle operacional trata sobre exigências de modalidade Verificar se o manual de controle operacional está disponível (internet ou impresso) e se é utilizado pelos servidores (entrevista) Verificar se o manual está atualizado Verificar se o manual é prático (linguagem fácil, conciso, útil)	Exame Documental Entrevista com Servidores (utilização do manual pelo balcão)	3	Forte	██████████	██████████



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
	Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	O controle informado acontece? Existem documentos formais das consultas realizadas? Existem técnicos suficientes, disponíveis para tirar as dúvidas dos servidores? Existem técnicos qualificados para tirar as dúvidas dos servidores?	Verificar se existe consultas aos técnicos e documentos formalizando as dúvidas (entrevista com o servidor que é a fonte das informações consultadas, troca de e-mail, documentos de consulta, pareceres) Verificar se há técnicos suficientes, disponíveis e qualificados (as dúvidas costumam ser sanadas?) para tirar as dúvidas dos servidores (entrevista)	Exame Documental Entrevista com o servidor que é a fonte das informações consultadas, técnicos suficientes, disponíveis (ou sempre viajando) e qualificados (as dúvidas costumam ser sanadas?)	2	Mediano	██████████	██████████
	O técnico reorienta o processo	O controle informado acontece? A caracterização do empreendimento modificou? Houve mudança na instância decisória? O técnico tem conhecimento suficientes para reorientar o processo?	Verificar se houve reorientação do processo. Verificar se houve nova caracterização do empreendimento Verificar as qualificações dos técnicos.	Exame Documental	2	Mediano	██████████	██████████
6	Cópia de documentos com a empresa	O controle informado existe, ou seja, a cópia é solicitada? As informações da cópia de documentos foram inseridos no SIAM? O pedido da cópia impacta na celeridade do processo?	Verificar se esses documentos estão inseridos no SIAM e no processo Verificar se a SEMAD solicita a cópia	Exame Documental e Entrevista com Servidores	2	Mediano	██████████	██████████



Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
	O técnico solicita a alteração do SIAM após identificação na análise	O controle informado acontece, ou seja, o técnico solicita a alteração do SIAM? Os dados inseridos no SIAM estão corretos? O dado no SIAM é de fato alterado, conforme a solicitação do técnico? O momento da alteração é tempestivo em relação à realização da análise?	Verificar se os dados inseridos no SIAM estão corretos Verificar se o controle informado acontece, ou seja, o técnico solicita a alteração do SIAM. Verificar se o dado no SIAM é de fato alterado, conforme a solicitação do técnico Verificar se o momento da alteração é tempestivo em relação à realização da análise	Exame Documental e do sistema informatizado (caso haja registro de histórico de alterações)  Entrevista com Servidores	2	Mediano	██████████	██████████
7	Processo de fiscalização deve verificar as informações dos documentos	O controle informado existe? As informações dos documentos foram verificadas? A intempestividade dessa análise, feita pela fiscalização, supre a necessidade de informações corretas do momento do licenciamento?	Verificar se as informações dos documentos foram inspecionadas na fiscalização através das constatações do auto de fiscalização Verificar qual momento legal da fiscalização	Exame Documental	2	Mediano	██████████	██████████
	Check list com verificações formais simplificadas	Controle informado existe, ou seja, existe check list sobre o assunto, contendo itens acerca da conferência de documentos do jurídico? As informações do check list foram verificadas? As informações Jurídicas tidas constam no processo como analisadas?	Verificar as informações por meio do Check list e verificar se as informações jurídicas foram analisadas.	Análise documental	2	Mediano	██████████	██████████
	Processo de fiscalização deve verificar as informações do RAS	O controle informado existe? As informações do RAS foram verificadas? A intempestividade dessa análise, feita pela fiscalização, supre a necessidade do momento do licenciamento?	Verificar se as informações da RAS foram inspecionadas na fiscalização através das constatações do auto de fiscalização Verificar qual momento legal da fiscalização	Exame Documental	2	Mediano	██████████	██████████



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
8	Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	O controle informado existe, ou seja, os treinamentos contemplam técnicas sobre como solicitar pedidos complementares? Existem documentos, check list ou outros instrumentos disponibilizados na ocasião do treinamento? Com as instruções do treinamento há melhoria no conteúdo dos pedidos complementares?	Verificar se a grade de treinamentos de 2018/2019 contemplou o tema "realização de pedidos complementares" Verificar se a equipe possui material de estudo ou anotações de cursos sobre o tema "realização de pedidos complementares" Verificar se os técnicos sentem melhoras com os treinamentos ministrados.	Análise documental e entrevista	0	Inexistente	██████████	██████████
	Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	O controle informado existe, ou seja, há acesso a imagens de satélite (google earth e IDE)? Existem, nos processos de licenciamento, registros de pesquisas realizadas no google earth ou IDE? As imagens de satélite são atuais? As imagens de satélite permitem o dimensionamento, classificação (bioma) e verificação de nascentes claro da APP? (Entrevista).	Verificar se constam nos processos de licenciamento imagens de satélite demarcando as APP Verificar se as imagens são claras (quanto ao dimensionamento, verificação de nascentes e classificação de bioma) e se possuem data próxima à data da pesquisa realizada pela equipe de licenciamento (atualização da imagem) Verificar se existem critérios claros para dimensionamento de APP via imagens de satélite	Análise documental Entrevista (o que seria feito na vistoria in loco da APP; google e IDE possibilita a verificação desses mesmos itens, existem critérios de relevância de APP para fins de vistoria in loco)	0	Inexistente	██████████	██████████
	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	O Controle informado existe? A comunicação consta do processo de licenciamento? A comunicação cumpre o prazo estabelecido pela lei? Há comprovação de que a empresa foi cientificada da necessidade de complementar informações? (o desconhecimento atrasa o andamento do processo de licenciamento) Ex: comprovar com a existência de informações	Verificar se existem publicações em DO ou registro de envio de e-mail Verificar se as notificações constam do processo de licenciamento Verificar prazo das publicações e envios de e-mail e comparar com o prazo estabelecido em lei Existência de confirmação de leitura de e-mail ou resposta ao email enviado ou, ainda, o envio de informações complementares	Análise documental	0	Inexistente	██████████	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
		complementares enviadas ou resposta ao e-mail enviado						
10	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	O Controle informado existe? Existe documentação da SUPRAM Central que comprove a conferência desta especificidade? A SUPRAM Central analisa a totalidade dos pareceres quanto a esta especificidade? A SUPRAM comunica à área o resultado desta conferência?	Verificar a existência, no processo de licenciamento, de documentação da SUPRAM Central que comprove a conferência desta especificidade (estudo da fauna) Verificar se os pareceres são retificados após análise da fauna realizada pela SUPRAM Central Verificar a existência desta análise na totalidade da amostra de processos de licenciamento Verificar se a SUPRAM comunica, tempestivamente, à área o resultado desta conferência, caso não haja documentação sobre a conferência no processo de licenciamento	Análise documental	0	Inexistente	██████████	██████████
15	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	O Controle informado existe, ou seja, existe nos processos atuais de licenciamento comprovante de pagamento de taxas de expediente? O valor fixo está correto, conforme tabela da norma? O valor foi pago no momento da formalização?	Verificar a existência, no processo de licenciamento, de documentação que comprove o pagamento de taxas de expediente Verificar na ordem do processo se o comprovante de pagamento está no momento da formalização Verificar se o valor fixo está de acordo com a norma	Análise documental	0	Inexistente	██████████	██████████
	DAE, regulamentação estadual	O Controle informado existe? Existe DAE para pagamento de custos do processo e regulamentação estadual sobre esse assunto? O DAE foi emitido no valor correto?	Verificar a existência de DAE Verificar se o valor do DAE está correto (na amostra selecionada) Verificar se a regulamentação estadual é observada (entrevista)	Análise documental Entrevista	1	Fraco	██████████	██████████



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório SIGA 1370.0849.19

Número da Atividade	Situação Informada	Questão de auditoria	Procedimentos de análise	Teste de Auditoria			Fragilidades Observadas	Melhores Práticas
	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Média Total	Conceito	Descrição	Descrição
	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	O Controle informado existe, ou seja, existe a Deliberação 217/2017 e os TR dela decorrentes? As empresas usam esses TR elaborados para subsidiar os estudos? Os TR elaborados estão disponíveis para as empresas?	Verificar a existência da Deliberação 217/2017 e dos TR Coletar em entrevista informações sobre a disponibilidade dos TR existentes	Análise documental Entrevista	2	Mediano	██████████	██████████



## F. Comparação dos Riscos e Controles Fiscalização

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
1	1.1	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	8,6	MÉDIO	█	Processos de licenciamento	Fraco	Mediano
	1.2	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	4,3	MÉDIO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano
	1.3	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	2,0	BAIXO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano
	1.4	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	1,0	BAIXO	█	Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano
	1.5	██████████	Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Montar um plano de trabalho sem representatividade	5,4	MÉDIO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	1.6	██████████	Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Obrigatória de readequação do PAF	9,8	MÉDIO	█	Possibilidade de readequação do PAF	Inexistente	Satisfatório
2	2.1	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,1	MÉDIO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
	2.2	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixa de considerar a informação que é deficiente	4,9	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	2.3	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,1	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	2.4	██████████	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixar de considerar a informação deficiente	4,9	MÉDIO		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
6	6.1	██████████	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos que não se encaixam nesta característica	7,3	MÉDIO		Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Forte	Mediano
	6.2	██████████	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos que não se encaixam nesta característica	7,3	MÉDIO		Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Forte	Mediano
12	12.1	██████████	Vazamento de informações sobre a operação	Prejuízo na coleta de informações da fiscalização	16,1	ALTO		Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	Inexistente	Mediano



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
13	13.1	██████████	Não obter as informações necessárias	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	10,7	ALTO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	13.2	██████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Manipulação do ambiente enquanto a equipe busca suporte policial	4,0	MÉDIO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório
	13.3	██████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Não realizar a fiscalização	2,0	BAIXO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório
14	14.1	██████████	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Mobilizar mais recursos para viabilizar a fiscalização	5,6	MÉDIO	█	Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório
	14.3	██████████	Fiscalização sobreposta com outros entes e setores	Desperdício de recursos	1,3	BAIXO	█	Implantação do NUDEN (núcleo de denúncias)	Fraco	Satisfatório
17	17.2	██████████	Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Subdimensionar a multa	15,7	ALTO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco
	17.3	██████████	Impossibilidade de evidenciar a constatação	Não conseguir atuar	7,8	MÉDIO	█	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação				Avaliação de Controle	
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
32	32.1	██████████	Cientificação do atuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o atuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3,0	BAIXO		Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte	Forte
	32.2	██████████	Cientificação do atuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o atuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3,0	BAIXO		Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte	Forte



## Comparação dos Riscos e Controles Licenciamento

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
1	1.1	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	10,3	ALTO	█	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano
	1.2	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Subdimensionar os impactos ambientais	8,2	MÉDIO	█	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano
	1.3	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	15,4	ALTO	█	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano
4	4.1	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Reorientar processo o tempo todo	19,5	ALTO	█	Manual de controle operacional	Forte	Mediano
	4.2	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Solicitar complementação de informações	26,8	ALTO	█	Manual de controle operacional	Forte	Mediano
	4.3	██████████	Analista não conseguir conferir a caracterização do empreendimento	Reorientar processo o tempo todo	22,1	ALTO	█	Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	Mediano	Satisfatório



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
	4.4	██████████	Analista não conseguir conferir a caracterização do empreendimento	Solicitar complementação de informações	26,8	ALTO	█	Consulta aos colegas técnicos sobre as dúvidas	Mediano	Satisfatório
	4.5	██████████	Desconsiderar os fatores locacionais na classificação da modalidade	Custos indevidos e necessidade de reorientar o processo	22,1	ALTO	█	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.6	██████████	Desconsiderar fatores de vedação e restrição na análise	Cobrar custos de um processo inviável	22,1	ALTO	█	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.7	██████████	Apressar andamento do processo pela simplificação da modalidade de análise	Necessidade de reorientar o processo	13,7	ALTO	█	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
	4.10	██████████	Direcionar para classe que etapa decisória é na superintendência e não no COPAM	Ato ser dado pela instância decisória que não é a competente	14,9	ALTO	█	O técnico reorienta o processo	Mediano	Mediano
6	6.1	██████████	Perder documentos que não foram digitalizados no SIAM	Falta de documentos para consulta futura	12,5	ALTO	█	Cópia de documentos com a empresa	Mediano	Mediano
	6.2	██████████	Documentos digitalizados não aparecerem no SIAM	Formalidade fica comprometida	11,6	ALTO	█	Cópia de documentos com a empresa	Mediano	Mediano
	6.4	██████████	Inserir dados incorretos no SIAM	Fazer análise com base em informações incorretas	3,9	MÉDIO	█	O técnico solicita a alteração do SIAM após identificação na análise	Mediano	Mediano



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
7	7.3	██████████	Informação falsa da empresa ou omissão ou incorreção dos documentos	Impactos em outros atributos não analisados pelo estudo do RAS	18,2	ALTO	█	Processo de fiscalização deve verificar as informações dos documentos	Mediano	Mediano
	7.4	██████████	Informações jurídicas não serem analisadas	Não verificar alguma eventual ilegalidade	22,4	ALTO	█	Check list com verificações formais simplificadas	Mediano	Fraco
	7.5	██████████	Não haver conferência in loco (vistoria)	Não verificar alguma eventual ilegalidade	15,1	ALTO	█	Processo de fiscalização deve verificar as informações do RAS	Mediano	Mediano
8	8.1	██████████	Não ser assertivo no pedido complementar único	Faltar alguma informação sensível ao processo	29,2	EXTREMO	█	Treinamento sobre assuntos específicos engloba como solicitar pedidos complementares	Inexistente	Satisfatório
	8.5	██████████	Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Caracterização ocorrer de forma precária	10,3	ALTO	█	Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Inexistente	Mediano
	8.6	██████████	Equívoco quanto a caracterização da APP - Área de Preservação Permanente	Imprecisão da área (GPS)	10,3	ALTO	█	Verificação das imagens de satélite (google earth e IDE)	Inexistente	Mediano
	8.7	██████████	Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	13,4	ALTO	█	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Inexistente	Satisfatório



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
10	8.8	██████████	Dificuldades operacionais para notificar a empresa	Atraso na comunicação com a empresa	6,5	MÉDIO	█	Fazer a comunicação pelo diário oficial e via e-mail	Inexistente	Satisfatório
	10.4	██████████	Parecer ser omissos quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	10,5	ALTO	█	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
	10.5	██████████	Parecer ser omissos quanto ao estudo da fauna	Parecer emitido com realidade ambiental diferente	13,4	ALTO	█	Conferência desta especificidade pela diretoria (SUPRAM Central)	Inexistente	Satisfatório
15	15.14	██████████	Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Necessidade de cobrança complementar	8,0	MÉDIO	█	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Inexistente	Satisfatório
	15.15	██████████	Não cobrar o valor correto de taxas de expediente	Pagamento a menor gera prejuízo financeiro ao Estado	14,0	ALTO	█	Atualmente o custo é fixo e é pago na formalização do processo mas o problema persiste no passivo	Inexistente	Satisfatório
	15.16	██████████	Não cobrar o valor das 3 fases em caso de licença corretiva	Cobrar custos do processo a menor	14,0	ALTO	█	DAE, regulamentação estadual	Fraco	Mediano



# Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

## Relatório SIGA 1370.0849.19

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação			Avaliação de Controle		
	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível	Símbolo	Controle Informado	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor
	15.27	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Estudos incompletos, defasados e sem padronização	20,2	ALTO	█	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano
	15.28	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Aumento da dificuldade de análise pelos técnicos	12,0	ALTO	█	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano
	15.29	██████████	Não haver termo de referência específico para estudos	Uso de Termos de Referencia aproximados para situações em que não há Termo específico	21,0	ALTO	█	Deliberação 217/2017 levando a elaboração de diversos TR	Mediano	Mediano



### G. Plano de Ação de Fiscalização (parte)

Nº	Atividade	Controle no Processo	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor	Causa	Evento	Consequência	Risco Residual	Nível de Risco	Dentro do Apetite a Risco	Justificativa para caso não adote alguma ação	Descrição da Ação	Gestor	Data Início	Data Final
1.1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização	Processos de licenciamento	Fraco	Mediano	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	8,6	MÉDIO						
1.4		Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano	██████████	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	1,0	BAIXO						
1.5		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	██████████	Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Montar um plano de trabalho sem representatividade de	5,4	MÉDIO						
1.6		Possibilidade de readequação do PAF	Inexistente	Satisfatório	██████████	Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Obrigatória de readequação do PAF	9,8	MÉDIO						
1.7		Sem Controle			██████████	Não ter base de dados sobre assuntos específicos (Fauna)	Não considerar estes assuntos na fiscalização	19,6	ALTO						
1.8		Sem Controle			██████████	Considerar mais critérios reativos simples em detrimento dos critérios estratégicos	Montar um plano de trabalho sem representatividade de	5,4	MÉDIO						



## Plano de Ação de Licenciamento (parte)

Nº	Atividade	Controle no Processo	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor	Causa	Evento	Consequência	Risco Residual	Nível de Risco	Dentro do Apetite a Risco	Justificativa para caso não adote alguma ação	Descrição da Ação	Gestor	Data Início	Data Final
1.1	Preencher formulário de requerimento no sistema	Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	10,3	ALTO						
1.2		Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Subdimensionar os impactos ambientais	8,2	MÉDIO						
1.3		Modelos convencional tem inspeção in loco e simplificado teria a fiscalização	Fraco	Mediano	██████████	Empresa fragmentar atividades ou omitir atividades	Multiplica o número de processos	15,4	ALTO						
4.1	Valida o preenchimento do FCE	Manual de controle operacional	Forte	Mediano	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Reorientar processo o tempo todo	19,5	ALTO						
4.2		Manual de controle operacional	Forte	Mediano	██████████	Analista não conseguir fazer as exigências da modalidade devida	Solicitar complementação de informações	26,8	ALTO						